

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, através de videoconferência, de acordo com o artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Desejo que se encontrem todos bem assim como os vossos familiares. Vamos esforçar-nos para que esta reunião, com os constrangimentos que bem conhecemos, decorra bem e seja produtiva.

Peço ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente, a Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria submeter à vossa aprovação a inclusão na Ordem do Dia do Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

A respectiva documentação já vos foi enviada.”

Efetuada a votação, a inclusão na Ordem do Dia do Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à construção de um Polidesportivo em Nogueirinha, no montante total de 60.000,00 € (sessenta mil euros), sendo que 10.000,00 € (dez mil euros) serão pagos até ao final do ano de 2020 e 50.000,00 € (cinquenta mil euros) no ano de 2021.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, na sua atual redação, da

proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso n.º 20226/2019 - “3.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 2” do Fundo Ambiental.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Mercado Municipal de Oliveira do Hospital - Isenção de Tarifas até 31 de dezembro de 2020.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Isenção de taxas – Publicidade até 31 de dezembro de 2020.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até 750.000,00 €.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril, da proposta de Aplicação do Saldo de Gerência de 2020 - Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa, 1.ª Revisão ao Orçamento para o Ano de 2021 e 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2021.

IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para a Prestação de Serviços de Abastecimento Público de Água para Consumo Humano e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas entre os Municípios de Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia e a APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela - E.I.M., S.A.

X - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviços de Saneamento de Águas Residuais das Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.

XI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passávamos de imediato à aprovação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de junho de dois mil e vinte. Há alguma objeção relativamente à ata? Não havendo passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de junho de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tago aqui dois Votos de Pesar para submeter à vossa consideração e tenho também alguns comentários e informações que gostaria de fazer.

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, julgando interpretar o sentir desta Assembleia Municipal, queria expressar o público reconhecimento desta Assembleia ao trabalho que tem sido dedicado no combate à pandemia motivada pelo Covid-19 aos Profissionais de Saúde, aos Profissionais e Dirigentes das Instituições Sociais, dos Lares e Cuidados Continuados, aos Bombeiros pelo socorro e transporte de doentes, aos Professores e Funcionários das escolas, à Guarda Nacional Republicana pelo seu papel fiscalizador e pedagógico, à Autoridade Local de Saúde e também, obviamente, à Equipa Municipal de Gestão da Covid-19, por todo o trabalho desenvolvido.

Penso que é justo salientarmos o grande envolvimento e capacidade de coordenação que todas estas entidades têm manifestado na luta contra este grande desafio com que o País foi confrontado e, aqui, neste caso específico, o nosso Concelho.

Gostaria que esta minha expressão de reconhecimento, e julgo interpretar o sentir de todos os Membros da Assembleia Municipal, constasse da ata desta Sessão.

Alguém se opõe? Alguém se sente desconfortável com a circunstância de constar da ata um reconhecimento desta natureza?

Temos um sentir semelhante, como não podia deixar de ser!

De seguida passaria a ler-vos o seguinte Voto de Pesar:

“Voto de Pesar pelas vítimas mortais da Covid-19 - À semelhança do que tem acontecido no país e no mundo, o Município de Oliveira do Hospital também foi fortemente flagelado pela pandemia da Covid-19, que causou mais de mil doentes infetados e trinta vítimas mortais.

O Concelho de Oliveira do Hospital fica sempre mais pobre quando se perde um nosso concidadão.

Nesse sentido, e reforçando o desejo de que não ocorra mais nenhuma vítima da pandemia, a Assembleia Municipal expressa as suas mais sentidas condolências aos familiares e amigos das vítimas mortais provocadas pela Covid-19, através da aprovação de um voto de pesar.

Propõe-se assim que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente Voto de Pesar pelas vítimas da Covid-19 e que se proceda à divulgação do Voto de Pesar pelas vítimas da Covid-19 junto dos seus familiares nos meios de comunicação institucional da Câmara e nos órgãos de comunicação social.”

Lido este Voto de Pesar vamos passar à votação.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelas Vítimas Mortais da Covid-19 no Concelho de Oliveira do Hospital, foi aprovado por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Agora passo a ler-vos o segundo Voto de Pesar: “Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Simões Saraiva, ocorrido a 31 de janeiro de 2021.

O Dr. António Simões Saraiva foi Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital entre 1976 e 1990 e, mais recentemente, Presidente da Assembleia Municipal ente 1994 e 2009.

A morte do Dr. António Simões Saraiva representa uma enorme perda para o nosso Concelho. Um homem com grande nobreza de carácter que, em

tempos difíceis, deu um enorme contributo para o desenvolvimento do nosso Concelho.

O Dr. António Simões Saraiva era também um homem de cultura, que deixou um grande legado em Oliveira do Hospital, de que são exemplo a recuperação das Ruínas Romanas de Bobadela e o Museu da Fundação D. Maria Emília Vasconcelos Cabral.

Estamos-lhe todos muito gratos pelo grande trabalho que desenvolveu à frente deste Concelho, muito contribuindo também para a promoção do nosso património cultural.

Propõe-se assim que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Simões Saraiva, transmitindo-o à sua família, e que se proceda à divulgação deste Voto de Pesar nos meios de comunicação institucional da Câmara e órgãos de comunicação social.”

Lido este Voto de Pesar vamos passar à votação.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Simões Saraiva, foi aprovado por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos nota de duas matérias que considero importantes: Uma delas tem a ver com a eleição da Professora Vera Cunha para Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH).

A Assembleia de Representantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital elegeu a Dra. Vera Cunha como Presidente da Escola, em reunião realizada no passado dia 13 de janeiro.

Vera Lúcia Mendes da Cunha, de 45 anos e natural de Oliveira do Hospital, é Licenciada em Gestão e Doutorada em Contabilidade.

Foi Vice-Presidente da ESTGOH, de 2012 a 2018, onde tem desenvolvido a sua atividade como docente desde 2002 na área de Contabilidade e Finanças, sendo atualmente Diretora do Curso de Gestão de Bioindústrias.

A tomada de posse da nova Presidente decorreu no passado dia 4 de janeiro.

Como Presidente desta Assembleia Municipal quero congratular-me e dar os parabéns à jovem Oliveirense, não só por ser eleita Presidente da ESTGOH, mas também por ser a primeira Presidente natural de Oliveira do Hospital e a primeira mulher à frente dos desígnios da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Neste mandato de quatro anos à frente da ESTGOH desejo-lhe os maiores sucessos.

Para terminar, quero também manifestar a minha satisfação pelo lançamento do concurso para o projeto de prolongamento do desejado IC6.

Como sabem, foi recentemente lançado esse concurso pelas Infraestruturas de Portugal, em linha com o que já tinha sido abordado nesta Assembleia Municipal, e considero que é um passo fundamental para a concretização desta obra da maior importância para a nossa região.

Saliento, a propósito deste assunto, o grande empenhamento que tem havido da parte do nosso Executivo, e mais concretamente do nosso Presidente da Câmara Municipal, e quero salientar o seguinte: Obviamente que é um projeto que vimos perseguindo, como bem sabem. Não vou aqui fazer o histórico desse projeto mas, quero salientar, pela primeira vez acredito seriamente que o processo do IC6 já não tem paragem, nem volta atrás. As circunstâncias são extremamente favoráveis porque existem as disponibilidades financeiras e houve a vontade política para considerar prioritário este prolongamento do IC6 até ao nó de Folhadosa.

Este concurso é para a realização do projeto e do estudo de avaliação de impacto ambiental. O processo de avaliação de impacto ambiental é, face à legislação em vigor, mais célere do que na outra fase. Portanto, a seguir à fase de avaliação e à fase de declaração de impacto ambiental e há todas as condições para o lançamento da obra. Penso que Oliveira do Hospital e a nossa Região têm razões para estar satisfeitas.

Como tantas vezes se tem falado no IC6 com descrédito, queria também dizer-vos o seguinte, e deve-se fazer justiça: O Presidente José Carlos Alexandrino sensibilizou o Ministro Pedro Nuno Santos e foi importante essa relação de proximidade que se estabeleceu e essa capacidade de sensibilizar o Ministro para que tudo isto andasse.

Penso que não era justo, depois do lançamento do concurso, não se salientar uma decisão desta importância.

Dizer-vos também que temos um pedido de intervenção por parte do público. O Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis dirigiu à Assembleia Municipal três questões que gostava de ver respondidas.

Vamos agora estabelecer ligação com o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis para que possa fazer a sua intervenção.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis para fazer a seguinte intervenção:

“Venho como público exercer o direito democrático de usar da palavra nesta Sessão da Assembleia Municipal ainda que desta forma pouco humanizada.

Assim, solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que me responda esclarecedoramente a questões que já lhe formulei por escrito.

Está legalmente assegurada a passagem dos dados individuais dos titulares de contrato de água e saneamento público com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tendo em conta a nova empresa intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela? Ninguém me perguntou se eu queria passar, ou não!

Está a passar mais um inverno e várias estradas municipais têm muito pouco visíveis as marcações horizontais no pavimento o que coloca perigos vários em quem por elas circula. Vai, ou não, e quando, a Câmara Municipal, mandar avivar as marcações horizontais nas estradas, principalmente nas estradas municipais?

Está a decorrer no nosso Município, há duas semanas, a primeira fase da vacinação dos idosos, acima dos oitenta anos, e de certos doentes crónicos, acima de cinquenta anos, como, infelizmente, é o meu caso.

Então, por que razão acabou por ser instalado apenas um Posto de Vacinação no nosso Município? O Sr. Presidente da Câmara Municipal está de acordo com isso?

Qual é o balanço da vacinação nestes quinze dias?

Que relação há entre os convocados e os efetivamente vacinados com a primeira toma?

A Comunicação Social de hoje divulga que apenas 55 % dos convocados por SMS responderam. Atenção, no caso dos idosos, essa percentagem será ainda menor.

Que medidas vão ser tomadas no nosso Município de Oliveira do Hospital para assegurar a vacinação de todos os utentes, nesta primeira fase, em especial os acamados e daqueles que têm maiores dificuldades motoras e

emocionais, para se deslocarem a Oliveira do Hospital a fim de serem vacinados?

Em suma, vai, ou não, haver vacinação ao domicílio para estes mais necessitados? E como assegurá-la?

Ou seja, que medidas em concreto vão ser tomadas no nosso Município para assegurar este ato indispensável da vacinação massiva e assim corrigir este sistema desastroso montado pelo Governo através do chamado Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19?

Tomo a liberdade de afirmar que perguntas concretas merecem respostas concretas. Afinal, perguntar não ofende!”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder no âmbito das suas competências.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Terei o maior prazer em responder às perguntas colocadas pelo João Dinis.

As perguntas devem ser colocadas com verdade, com transparência e, sobretudo, com honestidade. E essas perguntas, às vezes, não o são porque já lemos um conjunto de considerações e, quem quer respeito, também tem que se dar ao respeito.

Vou tentar responder rapidamente às perguntas: Sobre o processo da proteção de dados quero dizer que está um Edital, nos serviços *on-line* da Câmara Municipal, onde até tem a direção da Comissão de Proteção de Dados, o número de telefone, e o *email*.

Dizer ainda que foi enviada uma carta pela empresa, para a casa dos consumidores, onde falava sobre a responsabilidade da proteção de dados, sobre a passagem da titularidade, e sobre a possibilidade de reclamar.

Queria deixar aqui uma nota importante: O parecer jurídico que a empresa solicitou aos advogados que estão a acompanhar a empresa diz o seguinte: “*A relação contratual das Águas Públicas Serra da Estrela com os seus clientes e a necessidade de tratar os dados pessoais de cada cliente, resulta de um contrato de gestão delegada relativa aos serviços essenciais de*

abastecimento de água e saneamento dos três municípios, cuja relação contratual de fornecimento está assente num contrato anterior. O tratamento de dados é necessário à execução de um contrato pelo que não precisa do consentimento do utente/cliente.”

Independentemente de termos este parecer jurídico, achámos por bem colocar um Edital, assinado por mim, onde tem a direção e o número de telefone da Comissão de Proteção de Dados.

Por isso, contra aquilo que se foi dizendo, esta informação está na página *on-line*. Foi também enviada uma carta onde está esta informação. Mais claro não poderia estar!

Depois, sobre a segunda pergunta, relacionada com as marcações horizontais nas estradas, quero dizer o seguinte: A Câmara Municipal vai lançar dois procedimentos. Um deles vai ser lançado agora nas vias que têm maior movimento e, depois, haverá um segundo procedimento para as vias que têm mais dias com nevoeiro.

Relativamente à terceira e à quarta pergunta, é aqui que nós divergimos em algumas coisas com o munícipe João Dinis. Acho, até, uma certa piada porque o João Dinis, há pouco tempo, quando anunciei, depois da reunião com a Autoridade de Saúde, que Oliveira do Hospital seria o primeiro Concelho da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a iniciar a vacinação contra a Covid-19, até fez afirmações dizendo que não me competia dar essas informações, e tem razão! Quem as deveria fazer era a Autoridade da Saúde mas, como sou Presidente da Comissão da Proteção Civil do Distrito de Coimbra, dão-me essas informações.

Como também não me competia divulgar números do Covid-19 porque isso pertence às Autoridades de Saúde.

O João Dinis acha que não me pertence dar informações sobre o Plano Nacional de Vacinação Contra a Covid-19 mas, hoje, veio interrogar-me. Afinal, em que é que ficamos?

Também quero dizer o seguinte: Enquanto Presidente da Câmara Municipal sempre estive perto dos Municípes e informo sobre estas coisas para saberem o que se passa no Concelho.

E, por isso, quero dar esta informação: Nos lares do Concelho estão 99 % de utentes e profissionais vacinados. Há alguns utentes que não podem ser vacinados devido a certas patologias. Os profissionais de saúde estão 100 % vacinados. Bombeiros e Forças de Segurança, não são os Bombeiros todos,

nem as Forças de Segurança todas, são aqueles que são elegíveis, sobretudo aqueles que contactam mais com as pessoas, estão 100 % vacinados.

Em relação às vacinas das pessoas com mais de 80 anos, até ao dia 25 de fevereiro, foram vacinadas 752 pessoas, o que representa 45 %.

Todas estas informações foram dadas pelo Coordenador da Vacinação do Concelho, o Enfermeiro Mário Carlos.

Ainda, em relação aos pedidos de transporte que a Câmara Municipal está a articular com os Bombeiros, o Gabinete de Gestão Covid-19. É verdade que não tem havido muitos pedidos mas, até este momento, através do Gabinete de Gestão Covid-19, foram transportadas 15 pessoas.

Mais uma vez deixo o alerta, os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia têm colaborado e quero agradecer também alguns transportes que têm sido feitos.

Qualquer pessoa pode dirigir-se à Câmara Municipal, ou telefonar, para pedir um transporte e o Gabinete de Gestão Covid-19 articula com o utente a data e hora da vacinação.

Algumas dificuldades que tem havido são em alguns contactos de idosos com mais de 80 anos por causa das mensagens. Pedimos ao Centro de Saúde, e a quem tem os dados, para que entreguem os dados ao Gabinete de Gestão Covid-19 para irmos avisar as pessoas. Há uma equipa de dez pessoas que faz esse trabalho na Câmara Municipal. Isto é, disponibilizámos os recursos todos e tem havido uma boa colaboração. Como sabem, a Câmara Municipal montou o Centro de Vacinação. As coisas têm corrido globalmente bem. As Juntas de Freguesia têm sido também um parceiro fundamental.

O João Dinis está a perguntar qual é que foi a minha posição sobre a vacinação e sobre o Centro de Vacinação. O João Dinis até sabe ler e sabe qual é a minha posição. Eu não mudo de posição à segunda-feira e à sexta-feira tenho outra.

Eu e vários Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal tínhamos reivindicado às Autoridades de Saúde para haver uma descentralização e não haver só um Centro de Vacinação centralizado.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital propôs a criação de quatro Centros de Vacinação mas as entidades competentes determinaram que deveria ser só um e apresentaram algumas razões que também consideramos que são relevantes. As pessoas depois de tomarem a vacina têm que estar trinta minutos acompanhadas por um médico e não era possível ter um médico nos quatro Centros de Vacinação.

A vacinação tem corrido bem, tem havido um esforço do Centro de Saúde e dos profissionais da Câmara Municipal. Temos tido grande disponibilidade para trabalhar com o Centro de Saúde, para trabalhar em colaboração com as Juntas de Freguesia e, por isso, estamos a fazer aquilo que é possível para que todos sejam vacinados.

Quando dizemos, “ninguém fica para trás”, não é um slogan político ou para ser um *slogan* bonito. É a prática que queremos implementar e, para isso, é que constituímos a Equipa do Gabinete de Gestão Covid-19 com Psicólogos, com Assistentes Sociais. É esse o trabalho da Câmara Municipal neste tempo de dificuldades.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, agradeço a informação que nos deu.

Sr. Prof. João Dinis, penso que estão clarificadas as questões que colocou.

Podemos prosseguir com os trabalhos da nossa Assembleia e vamos proceder às inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro quero dar a todos um abraço virtual. Temos a certeza que rapidamente nos vamos reunir.

Em segundo lugar quero dar uma nota sobre o Concelho de Oliveira do Hospital. Dar uma nota sobre a visão e a estratégia que o Município de Oliveira do Hospital tem, na primeira pessoa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino e por todos os Vereadores que o acompanham neste Executivo.

Temos uma Câmara Municipal que para bem de todos os Oliveirenses tem uma visão, tem uma estratégia, inova todos os dias e isso é extremamente importante para um Concelho que se tem dignificado quer localmente, quer na região, quer no País e até mesmo além-fronteiras.

O nosso Concelho pode-se honrar com aqueles que estão à nossa volta quer a nível da comunidade e também quer a nível da Comunidade Intermunicipal e da Região. É um Concelho que se sente vibrar todos os dias e que sente uma economia a florescer. Isto não são palavras de retórica nem são palavras para estar aqui a convencer ninguém. É o que sentem os Oliveirenses e é o que sente o nosso povo.

Há sempre uma política que é a política do copo cheio ou do copo vazio. O que eu noto muitas vezes em algumas pessoas é a profecia da desgraça e que é do copo meio vazio, mas é bom que se veja o copo meio cheio.

Por outro lado, queria dizer uma coisa relativamente ao Concelho e também relativamente ao Município: Toda a política que tem sido seguida por esta Câmara Municipal, pelo seu Presidente e pelo Executivo que o acompanha e por todos, é uma política de inclusão, de considerar todos, de considerar os mais velhos e os mais novos, de não diferenciar ninguém, de acreditar em todos, e o que se assiste, hoje, em muitas situações, é discriminação. Pensa-se mais neste ou naquele do que em todos. Nós temos que pensar que somos todos Oliveirenses que acreditamos no nosso Concelho e que pugnamos tudo para o nosso Concelho e que não fazemos distinção de gerações ou de pessoas, seja qual for a sua situação.

Por fim dar uma nota dos grandes empreendimentos de Oliveira do Hospital, uma série deles em curso que escuso de nomear.

Dar também uma palavra de distinção aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia pelo desenvolvimento que estão a trazer nesses territórios que são as Freguesias e também pelo apoio forte que a Câmara Municipal tem dado às Freguesias para execução dos anseios dos seus fregueses e do seu território.

Congratular-me finalmente por avançarmos com uma via extremamente importante para o nosso Concelho, que é o IC6.

Dar uma nota final: Se alguém tem feito grande obra no Concelho e na Região, se alguém tem feito grandes obras públicas, tem sido o PS e os Governos PS. É isso que nos glorifica a todos e que também glorifica o nosso Concelho.

Um abraço a todos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer aqui uma intervenção fundamentalmente porque o assunto já foi há pouco referido pela Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro: Tem a ver com a questão do IC6.

Seguramente já todos nós sabemos e temos a noção do que está a existir e a acontecer em Oliveira do Hospital, particularmente nos grandes investimentos que a própria Câmara Municipal está a fazer: Obras em curso, obras adjudicadas, grandes projetos. Portanto, o grande desenvolvimento de futuro de Oliveira do Hospital.

Relativamente à questão do anúncio do lançamento do Concurso Público, já publicado em Diário da República pelas Infraestruturas de Portugal, relativamente ao Projeto de Execução do IC6, do nó de Tábua até Folhadosa. É uma aspiração, como todos nós sabemos, já de vários anos.

Há vários anos que se vem falando nesta questão do IC6. Muito foi dito. Muito foi tentado fazer acerca do IC6 e, aqui, obviamente, não posso deixar de realçar a ação do Executivo, e em particular do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino, e é bom dizê-lo porque é de toda a justiça dizê-lo.

José Carlos Alexandrino não tem estado sozinho nesta luta do IC6. O Partido Socialista tem estado obviamente a par com ele nesta luta já há muito tempo e, mais recentemente, num unir de esforços, e eu tenho que fazer aqui uma referência à Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro, porque tem sido uma pessoa incansável também nesta matéria, até pelos contactos que tem feito pelos seus conhecimentos em Lisboa a par com o nosso Presidente da Câmara Municipal. Isto é bom referi-lo e tem que ser dito.

Hoje, seguramente, nós estamos todos a ver a luz ao fundo do túnel. E, como a Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro disse há pouco, ela acredita, e seguramente nós acreditamos, porque sabemos e temos acompanhado todo este percurso ao longo destes anos acerca do IC6. Efetivamente, hoje, existe uma luz ao fundo do túnel. O IC6 irá ser feito e vai ser feito porque houve vontade política e luta do Presidente da Câmara e houve vontade política inclusivamente do próprio Ministro e do próprio Governo do Partido Socialista.

Meus amigos, o sinal está dado, no Programa de Recuperação e Resiliência que já está em Bruxelas, já foi apresentado pelo Governo Português em Bruxelas, entre algumas obras em termos de investimentos rodoviários lá está o nosso IC6.

Portanto, aquilo é uma previsão, são sempre previsões temporais, mas aquilo que estará determinado será que a adjudicação da obra irá ser feita

algures entre o ano 2023 e o ano 2024 e a finalização da obra seguramente será entre o ano 2025 e 2026. E isto porquê? Porque no PRR-Programa de Recuperação e Resiliência o prazo para a execução de tudo aquilo que lá consta acaba em 2026.

Portanto, meus amigos, agora efetivamente a luz ao fundo do túnel já é visível e para os descrentes, nós sabemos perfeitamente quem são, que continuam aqui a acenar com a bandeira de que é mais uma manobra eleitoralista em altura de eleições autárquicas, desenganem-se porque efetivamente não vai ser assim. Agora vai haver obra e nós temos todas as indicações e as certezas que a obra vai existir e que vai acontecer.

Portanto, meus amigos Oliveirenses, vamos querer e acreditar porque muito trabalho tem sido feito e muito esforço tem sido dedicado a este tema e, agora, sim, a luz ao fundo do túnel é efetivamente uma realidade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Dirijo-me em primeiro lugar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, devido à abertura que tem para connosco recebendo-nos no seu gabinete que é o local mais adequado para o efeito. No entanto, devido à pandemia tenho evitado as idas à Câmara e também sabemos as dificuldades que o Senhor tem.

Quero perguntar, para me esclarecer a mim e aos fregueses de Aldeia das Dez, o seguinte: Para quando o início da obra de abastecimento de água à Ponte das Três Entradas?

Para quando o lançamento da obra da estada em Chão Sobral?

Como sabe são obras fundamentais para a nossa Freguesia. Temos outras que por força da pandemia e face a todos os encargos que o Município teve reconheço que tenham que passar para o próximo governo que esteja à frente da nossa Câmara Municipal.

Aldeia das Dez sente-se com direito a ter umas infraestruturas de carácter social. As praias fluviais são fundamentais para o Concelho de Oliveira do Hospital e Aldeia das Dez sente-se no direito de ter um equipamento onde possamos contrabalançar aquilo que não temos no verão para oferecer.

Portanto, acho que é um direito que nós temos. Um direito que foi sempre negado por todos os Executivos que governaram o nosso Concelho durante quarenta anos e que nos deixaram abandonados à nossa sorte. Estamos bastante afastados da sede do Concelho, local das decisões mais importantes.

Felizmente o Sr. Presidente e o seu Executivo, ao longo dos seus três mandatos, fizeram uma inversão a essa negação que era dada às aldeias menos populosas e mais afastadas do centro.

Espero que quem nos venha a governar seja do Partido Socialista e que seja cumprido aquilo que nós temos direito, que é ter um equipamento para receber os Oliveirenses e continuar a ter o acesso às praias fluviais. Ambas têm que ter direitos iguais para o engrandecimento e o bem-estar de todos os fregueses do Município.

Agradecendo também a conclusão dos muros de suporte na estrada Ponte das Três Entradas a Vale de Maceira que certamente obrigou a um grande esforço financeiro do Município.

Saudar também a chegada a bom termo da gloriosa caminhada para a conclusão do IC6, levada a cabo pelo Sr. Presidente José Carlos Alexandrino, pelo seu Executivo, pela Eng.^a Dulce Pássaro e também pelo PS porque foi o Governo que o lançou. É uma obra que também é importante, não sei se vai agradar a todos, pelo menos nesta altura do mandato, porque aproxima-se uma grande luta política. Fico muito feliz por termos conseguido isso e penso que também todos os Oliveirenses, independentemente da sua cor partidária, por termos conseguido este feito.

Também não posso deixar de saudar os partidos da oposição para as próximas eleições autárquicas fazendo votos para que o nível dos debates seja pautado com as ideias que cada um tem para o desenvolvimento do nosso Concelho sempre com um nível elevado e dentro das regras da boa educação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Com todo o respeito que a amizade que nos une obriga, mas com frontalidade, lamento que o líder parlamentar das novas direitas unidas de Oliveira do Hospital ande muito desatento nos últimos anos.

O pior que pode presidir à atuação na política é um voluntarismo associado a uma dose inenarrável de amadorismo, o que vem sendo transversal às forças unidas da direita local.

Acresce também que essa mesma direita unida sempre mostrou laivos de um certo autoritarismo e soberba, algo comum a alguns dos anteriores líderes locais dos partidos que a integram, e que resulta num bloqueio da veracidade da mensagem política que pretendem transmitir, a não ser que seja intencional.

Talvez fruto de um ressentimento por nunca terem conseguido, nem de perto nem de longe, realizar um trabalho em prol das nossas gentes, sequer próximo daquele que o Executivo Socialista em permanência atingiu ao longo destes quase doze anos.

Tal, vem-nos trazendo destas direitas unidas uma linguagem inócua com a promoção do discurso demagogo e populista, alterando a verdade dos factos para um aproveitamento político junto dos mais desatentos.

Esta postura é própria de outro tipo de partidos ainda mais à direita, talvez por isso o tenham, numa tentativa de recuperar eleitorado perdido?

Esse discurso, não pode ser o do PSD nem do CDS, estes dois Partidos merecem muito mais. Não podem ser veículos de desinformação, demagogia, populismo e oportunismo político.

Apesar desta postura, continuo a acreditar que, pelo menos da parte do líder desta nova união das direitas locais, resulta unicamente de desatenção porque, estruturalmente, não é pessoa mal-intencionada e muito menos malformada.

Nesse sentido, permito-me lembrar ao líder parlamentar das direitas unidas de Oliveira do Hospital, e a todos vós: Não é verdade que se tenha falado mais em Oliveira do Hospital nos dois ou três dias após se ter aventado, a possibilidade do líder do PP vir a ser candidato em Oliveira do Hospital. Aliás, basta-nos cada um dos eventos da Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital, para que Oliveira fosse muito mais visível no País, e por melhores razões, diga-se.

Mas temos mais exemplos de eventos, fruto da ação deste Executivo, que deram uma visibilidade nacional da nossa Terra: Prova Internacional Clássica Aldeias do Xisto; As várias “Volta a Portugal em Bicicleta”; A volta a Portugal do Futuro; A EXPOH.

Na área social o Executivo Socialista em permanência tem sido incansável, sempre atento às necessidades dos cidadãos, das pessoas, e dou como exemplo: Investimento na atribuição de Bolsas de estudo para o ensino superior a rondar os cinquenta mil euros por ano, um valor já perto dos quinhentos mil euros; Celebração do protocolo para instalação de consultório de saúde oral no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital; Apoio dado pelo Município a famílias com Complemento Alimentar Natalício; Investimento no incentivo à natalidade, cerca de seiscentas crianças, superior a setecentos mil euros; Comparticipação de medicamentos a cidadãos com carência económica, OHÁ+Saúde, já com mais de centena de beneficiários; Reforço de entrega de

bens de primeira necessidade e medicamentos às populações mais desprotegidas a pessoas em situação de maior fragilidade através da Equipa de Apoio e Resposta Rápida (EARR); Programa municipal “Casa Digna” através do qual já foram recuperadas mais de quarenta habitações; Requalificação do Bairro Social João Rodrigues Lagos; Investimento financeiro no apoio ao funcionamento das escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância.

No campo das obras que os olhos veem temos: Investimento realizado na recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos; Campus Educativo de Oliveira do Hospital; Requalificação do Parque dos Marmelos; Requalificação da Zona Histórica da cidade de Oliveira; Requalificação da zona Norte da Cidade - Av. Carlos Campos e parte traseira da Central de Camionagem; Ampliação e modernização da Zona Industrial da cidade; Requalificação e melhoramento das acessibilidades à cidade e restantes Freguesias; Requalificação da ETAR de Oliveira do Hospital, sendo um exemplo a nível europeu; Avultado investimento na rede hidrográfica; Requalificação de ecossistemas ribeirinhos; Investimento da rede de Saneamento básico.

No campo das Obras que os olhos não veem, alguns exemplos: Fruto do investimento no desenvolvimento tecnológico, conseguiu-se uma poupança de cerca de quatrocentos e trinta mil euros com Programa de Eficiência Energética; Passámos a ter a possibilidade de realizar a entrega dos processos de licenciamento na área do urbanismo através da internet, eliminando dessa forma o papel; Criação do Museu Digital do Património Imaterial; O apoio ao comércio local afetado pela pandemia de Covid-19, com uma injeção financeira de duzentos e cinquenta mil euros; Isenção do comércio local do pagamento de taxas de publicidade; Atribuição de apoio aos grupos culturais concelhios; Sem nunca esquecermos aquela que, garantidamente, foi a medida do Executivo Socialista em permanência que melhor dignifica os valores democráticos e da causa pública, com as verbas de muitos milhares de euros que anualmente o Município transfere para todas as Freguesias sem exceção independentemente do seu patrocínio partidário.

Termino, reforçando a ideia inicial, o líder parlamentar local das direitas unidas, tem andado muito desatento, e fica mal esse discurso trauliteiro, truculento, inverdadeiro, bafiento, demagogo, populista, discurso esse, próprio de movimentos indesejáveis à vida política.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Tem sido apresentado até à exaustão pelo Governo o Plano de Recuperação e Resiliência, batizado como bazuca, cujo nome pretendeu criar uma enorme expectativa quanto aos efeitos positivos que este envelope financeiro iria trazer.

É anunciado, por um lado, como instrumento para ajudar a combater a pandemia que tanto nos tem afetado na nossa saúde e que muito já nos atingiu ao nível económico e nos fará ainda mais no futuro próximo, empurrando-nos cada vez mais para a cauda da Europa.

Exaltado, por outro lado, como o balão de oxigénio que nos falta para apoiar investimentos, auxiliar o crescimento económico através das empresas, modernizar a administração pública, apoiar os investimentos na saúde e preparar o País para o nível de competitividade internacional que temos vindo a perder cada vez mais.

Já todos sabemos, no que a isto diz respeito, que a “montanha pariu um rato”. Não somos só nós que o dizemos, são as instituições que representam as nossas populações na região, a começar pela própria Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, passando pelas estruturas partidárias do maior partido do Governo, como foi o caso da Federação Distrital de Coimbra do Partido Socialista.

Partilhamos com todos a nossa visão negativa sobre as propriedades, ou falta delas, deste documento estratégico, relativamente aos Concelhos do interior do País e aos locais de baixa densidade.

Não nos revemos porém na omissão contida na posição tornada pública pela Federação Distrital do PS, que tendo-se referido às necessidades ao nível da melhoria das acessibilidades fazendo referência ao IP3, e à ligação deste à A13, e à necessidade de requalificação do IC2, ignorando o IC6, IC7 e IC37, em total contraste com a posição pública que há poucos dias tinha sido tomada pela mesma estrutura partidária.

Também denunciámos que o Plano de Recuperação e Resiliência não preveja os investimentos estratégicos de que há muito são considerados prioritários para a competitividade e desenvolvimento da região na área da saúde.

É com o mesmo vigor que condenamos a doença já crónica pelos grandes centros urbanos, pelas áreas do litoral, agravando cada vez mais as desigualdades territoriais e revertendo no sentido exatamente inverso a preferência pela política da coesão territorial que neste Governo chegou a ser elevada ao estatuto de Ministério. Estranha-se até que a Ministra da respetiva

pasta não tenha já agido em conformidade, demarcando-se completamente destas opções.

Agora, o que se estranha mesmo é que localmente não tenha havido a necessária coerência por parte dos responsáveis municipais, sobretudo por parte do partido que maioritariamente apoia o Executivo nesta Assembleia, apresentando, aqui, com total frontalidade e em defesa das nossas populações que dizem representar, uma moção de protesto consentânea com as manifestações de desagrado tornadas públicas pelos órgãos institucionais e partidários.

Da nossa parte teriam tido total apoio e solidariedade se essa iniciativa tivesse existido.

Na ausência dessa proposta por parte da bancada do Partido Socialista, que não podemos deixar de lamentar, fazemos aqui o desafio para que conjuntamente possa esta Assembleia pronunciar-se sobre este assunto de forma marcante e assertiva através de uma moção de protesto e descontentamento, a enviar ao Senhor Primeiro Ministro, enquanto representante máximo do Governo, no sentido de marcar uma posição de profundo desagrado e de reivindicação pela procura de alternativas nos restantes envelopes financeiros em preparação para que esta verdadeira coesão territorial se cumpra e não seja apenas bandeira partidária em algumas oportunidades dos calendários políticos nacionais.

Eu tenho uma Moção de Reivindicação que juntamente com os partidos com assento na Assembleia Municipal, se estiverem interessados, poderíamos fazer uma Moção conjunta para enviar ao Governo.

Se quiserem aproveitar a minha, está tudo bem. Se quiserem fazer alterações também não ponho qualquer obstáculo.

Gostava que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal ouvisse os restantes partidos.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado João Brito tem uma proposta de moção e como é que quer que as pessoas se posicionem antes de a conhecer?”

Peço-lhe que envie a proposta de moção para o *mail* da Assembleia Municipal.

Entretanto, e enquanto não chega a proposta de moção, continuamos com as intervenções do Srs. Membros da Assembleia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui uma proposta que vou passar a ler. É uma proposta que se refere ao Dr. António Simões Saraiva:

“António Simões Saraiva, prestou serviço público a este Concelho durante cerca de trinta e dois anos, sendo dezasseis anos como Presidente da Câmara Municipal e dezasseis anos como Presidente da Assembleia Municipal.

Foi o primeiro Presidente democraticamente eleito após 25 de Abril de 1974, em eleições livres realizadas no ano de 1976. Fez quatro mandatos seguidos até ao ano de 1990. Teve como base fundamental nos seus mandatos, levar às populações deste Concelho as infraestruturas básicas, tais como água e saneamento, para melhorar as condições de vida, nas suas terras.

Durante esses mandatos, o País passou por situações económicas difíceis, o que levaram os governantes nos anos de 1977 e 1983 a pedir ajuda internacional ao FMI. Mesmo assim, durante esse período no qual foi Presidente da Câmara, desenvolveu o Concelho, quer no aspeto empresarial com a projeção e conclusão das obras da Zona Industrial, tal como ainda hoje se encontra, no aspeto desportivo e social, para o desenvolvimento das camadas jovens, com a construção do Pavilhão Municipal, o complexo de Piscinas Municipais, o desenvolvimento da estrutura da cidade de Oliveira do Hospital, já que antes de 25 de Abril de 1974 estava quase praticamente confinada ao que se designa hoje por Zona Histórica. Abriu novas estradas de ligação às diversas localidades deste Concelho e desenvolveu as localidades com infraestruturas básicas e arruamentos.

Claro que nos mandatos a que presidiu, não havia fundos comunitários que hoje estão disponíveis, o que tornaram os mandatos exercidos com muita dificuldade mas, mesmo assim, com bastante desenvolvimento. Isso só foi possível, graças à sua tenacidade e grande poder de negociação com os Governos de então, para poder trazer fundos para o Concelho.

Foi um homem de cultura. Apoiou e contribuiu para o desenvolvimento cultural do Concelho, com o forte apoio dado às instituições culturais e recreativas.

Por isso tudo, deverá ser lembrado como um homem que lutou pelo desenvolvimento do Concelho e do bem-estar das suas populações.

Assim, face à personalidade em causa e ao seu contributo para o muito que fez por este Concelho, proponho que esta Assembleia vote o agradecimento, a título póstumo, a António Simões Saraiva, pela grande personalidade que foi neste Concelho.”

Penso que ouviram a mensagem e a proposta de voto de agradecimento a título póstumo que estou a fazer.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Peço ao Sr. Deputado João Esteves para enviar a proposta de voto de agradecimento a título póstumo ao Dr. António Simões Saraiva para o mail da Assembleia Municipal.

Já temos aqui o texto da proposta de Moção de Reivindicação apresentada pelo Deputado João Brito. Vou ler a proposta e depois vamos debater.

“MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO - Por iniciativa do Governo e por ação da equipa constituída para o efeito, foi elaborado o Plano de Recuperação e Resiliência, através do qual foi aberta uma nova esperança quanto à capacidade do País para enfrentar a situação pandémica que nos aflige há quase um ano e para nos prepararmos para os impactos económicos da pandemia.

Tornou-se convicção dominante que se trataria de um importantíssimo instrumento financeiro, que muito ajudaria a combater os efeitos da COVID-19 na saúde dos Portugueses e na capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, mas também de uma solução que apoiaria o desagravamento das desigualdades territoriais, a escassez de competitividade das empresas e de alguns setores económicos, ou a realização de investimentos em tantos domínios de suporte à política de coesão, atenuando as diferenças com os outros países europeus e de modernização dos serviços públicos.

Contrariamente às expectativas, a versão mais recente do Plano de Recuperação e Resiliência veio a refletir um conjunto de opções e prioridades que se afastam drasticamente da perspetiva que foi transmitida inicialmente em relação aos propósitos deste documento estratégico e às finalidades do envelope financeiro que envolve.

Desde logo, não nos revemos num documento estratégico de intervenção no território nacional que insiste nos erros do passado, de privilégio

relativamente às grandes áreas metropolitanas e aos municípios mais populosos do litoral, agravando as desigualdades territoriais e criando um claro afastamento relativamente aos restantes municípios, que são as estruturas de governação territorial mais próximas dos cidadãos.

Reivindicamos para o interior do País e, sobretudo, para os municípios que integram os territórios de baixa densidade, uma nova abordagem e perspetiva quanto às suas necessidades e uma nova capacidade de valorização das suas potencialidades.

Reclamamos pela atribuição de mais apoios às micro, pequenas e médias empresas, que na Região Centro representam 99 % no tecido empresarial, tal como reclamamos mais investimentos nas áreas da Cultura e do Desporto que, embora não sendo estratégicas em si mesmas, são instrumentais e decisivas para a afirmação dos territórios e para a fixação de populações e empresas.

Vincamos o nosso protesto por todos os investimentos que há muito tempo vêm sendo sinalizados e reivindicados para toda a região e que agora são omitidos ou não estão claramente explanados no PRR relativamente à Região de Coimbra.

Estamos comprometidos, com o Governo e com todos os agentes públicos e privados, com a preservação do ambiente, com o combate às alterações climáticas e com a agenda digital e o que desta podemos beneficiar em termos de modernização tecnológica do País.

Mas não podemos conceber um País que privilegia essas políticas, importantes, é certo, mas em que uma parte significativa desse País ainda exhibe tantas insuficiências em termos infraestruturais, tantas carências em termos de respostas dos serviços públicos ao nível da saúde e ação social, da educação, das acessibilidades, dos serviços de proximidade às populações e tantas necessidades em nível do incremento da competitividade por parte das empresas e dos agentes económicos.

Por tudo isto, e porque estão decisivamente postos em causa os interesses e anseios de uma vasta população e de um conjunto de famílias, empresas e instituições, que nos cabe também defender, para além daqueles que respeitam diretamente à população do Concelho de Oliveira do Hospital, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Fevereiro de 2021, deliberou aprovar uma Moção de Reivindicação junto do Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro e do XXI Governo Constitucional, no sentido de reconsiderar as prioridades contidas no Plano de Recuperação e Resiliência, privilegiando uma maior coesão territorial, entre

litoral e interior e entre grandes áreas metropolitanas e municípios de dimensão inferior e acomodando, em termos estratégicos e com cobertura financeira suficiente, os investimentos de interesse estratégico regional e local que todos os territórios da Região de Coimbra e o Município de Oliveira do Hospital têm vindo a sinalizar.

Mais deliberou que esta Moção seja levada ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e dos Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República.”

Já vou abrir o debate a esta proposta de moção mas antes disso queria só fazer duas observações:

A primeira é enquadrar - Se bem se recordam quando os Países, nomeadamente Portugal, foram convidados a apresentar o seu projeto de Plano de Reestruturação e Resiliência, como bem se recordam, foi pedido aos Países que fizessem um diagnóstico das suas prioridades mas também foram dadas por Bruxelas orientações.

De alguma forma, tanto quanto me recordo, há época, foi feita uma divulgação das áreas que deviam ser elegíveis para constarem neste instrumento. Também foi dito, na altura, que os apoios da União Europeia não se esgotam no PRR. Continuam em vigor outros instrumentos financeiros de apoio à concretização de políticas várias.

Depois, se se recordam, Portugal foi dos primeiros a apresentar o seu projeto de PRR. Eu só tenho acompanhado isto atentamente na imprensa, não tenho canais preferenciais mas tenho registado que não houve reparos, por parte da Comissão da União Europeia, relativamente à estruturação e elenco de prioridades ou desajuste dessas prioridades por parte de Portugal.

Porque é que eu quero salientar isto? Porque da leitura desta moção parece-me que talvez o Deputado João Brito esteja a pretender tudo o que sejam as necessidades do País no PRR e eu penso que não é bem assim!

Outra coisa que quero dizer é o seguinte: Aqui, na parte final, o Sr. Deputado João Brito fala no Município e fala da Região. Nós não temos competência para falar da Região, nós temos competência para falar do Município, até porque eu acredito que a própria CIM tenha feito uma reflexão no âmbito da consulta pública que acaba na segunda-feira, e o nosso Presidente da Câmara é o Presidente da CIM e vai ter oportunidade de nos esclarecer.

O Município de Oliveira do Hospital, os grupos políticos, as empresas e os particulares podem-se posicionar no âmbito da consulta pública e podem fazer sugestões.

A mim parece-me que também temos que ter em conta que, para além desse posicionamento legítimo e desejável, uma posição política de um órgão eleito, numa altura em que por acaso nesse PRR até está previsto o financiamento para a obra que nós mais ansiamos, não me parece que seja assim uma coisa muito adequada, e isto é a minha opinião.

Feito este enquadramento, agora vou abrir o debate e peço que seja participado, feito com ponderação, tendo em conta a globalidade da defesa dos interesses do nosso Concelho.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal já manifestou interesse em intervir e de seguida faremos as inscrições para o debate desta Moção.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Ontem os Órgãos de Comunicação Social, a nível nacional, trouxeram declarações minhas em relação ao PRR, e penso que o Deputado João Brito as viu.

Ontem houve uma reunião, no Luso, com os dezanove Presidentes de Câmara Municipal que integram a CIM da Região de Coimbra, onde estivemos a discutir o PRR e onde eu tomei uma posição pública. Penso que o Deputado João Brito teve a oportunidade de ver as minhas declarações porque elas passaram na RTP e nos jornais de âmbito nacional.

O que é que eu acho? Acho que nós fizemos uma discussão, e quando eu fiz essas declarações, que têm mais a ver com a Região da Comunidade Intermunicipal, porque eu estava ali, não como Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mas estava ali como Presidente da Comunidade Intermunicipal e representando os dezanove Municípios. O PRR tem algumas obras estruturantes e que nós achamos que deveriam lá estar plasmadas. Há uma grande discussão por causa de uma Maternidade em Coimbra porque Coimbra não tem uma Maternidade em condições, e não é uma Maternidade para Coimbra, nem é uma Maternidade para a Região de Coimbra, é uma Maternidade para a Região Centro com determinada qualidade e que nós reivindicamos. Mas há outras obras estruturantes que gostávamos de ver, por exemplo, o Porto da Figueira da Foz, onde é preciso um investimento por causa da profundidade que os navios precisam e essa obra também é omissa.

Por isso, tomámos uma posição achando que o PRR está muito focado nas duas metrópoles de Lisboa e do Porto e que esquece um bocado o interior do País e a Região Centro também não foi muito contemplada.

Mas deixem-me também dizer, com verdade: Eu estive nesta discussão, e tenho estado em reuniões com o Governo. O Governo também está muito dependente daquilo que Bruxelas aceita.

Tomei uma posição contra. Ontem os dezanove Presidentes de Câmara que constituem a CIM da Região de Coimbra tomaram uma posição porque achamos que no PRR o maior investimento público está nas duas metrópoles, no Porto e em Lisboa. Achamos que isso não faz com que haja coesão no território e elaborámos um documento para entregar ao Governo e a determinados Ministérios. A minha posição foi relacionada com grandes obras estruturantes da Região de Coimbra.

Agora, queria deixar aqui um alerta: A CIM já tomou uma posição e acho que é um contra-senso aprovar esta moção aqui por uma razão: Pela primeira vez temos os quarenta milhões de euros para fazer o IC6. Se os outros Concelhos tivessem todos, mais ou menos, esta verba ninguém aprovava ontem aquela moção que foi aprovada na CIM.

Por isso, os Srs. Deputados Municipais podem tomar essa posição e o próprio PSD pode colocar esta posição nos documentos que estão em discussão pública até segunda-feira.

Dizer ainda o seguinte: Quando temos uma obra que tanto lutámos, houve um conjunto de Ministros que se empenharam, sobretudo dois Ministros, o Sr. Ministro das Infraestruturas e a Sra. Ministra da Coesão Territorial, foram duas pessoas fundamentais, e a Assembleia Municipal vai dizer, agora, que estamos contra isto quando é a primeira vez que temos lá verba para concretizar uma obra.

A Assembleia Municipal fará o que quiser, eu não faço parte da Assembleia.

O que o Deputado João Brito diz em relação à região é verdade mas estamos a aprovar uma moção que tem a ver neste momento com Oliveira do Hospital e com os interesses de Oliveira do Hospital.

Penso que vamos ter muitas possibilidades neste Programa de Recuperação e Resiliência. Neste momento a Fundação Aurélio Amaro Dinis está a fazer alguns projectos. Tenho visto os enquadramentos e vai haver muito dinheiro para a área da saúde e para o desenvolvimento económico.

Por isso, se esta moção fosse em Coimbra eu acho que facilmente a aprovariam todos os partidos.

Neste momento temos uma obra que está concretizada, é uma obra que tanto lutámos e vamos tomar aqui uma posição e aquilo que nos pode acontecer

é o seguinte: Se não concordam com a distribuição é porque não querem fazer essa obra. Devemos ter isso em conta, mas isto é para reflexão, e cada um votará como entender.

Se fosse eu, não aprovava esta moção aqui apresentada por uma razão porque temos ali um interesse plasmada com quarenta milhões de euros e acho que não o devemos por em causa.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal muito obrigada pelo seu esclarecimento.

Alguém se quer inscrever para debater esta Moção?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta proposta apresentada pelo Deputado João Brito, obviamente que todos nós entendemos que é apresentada pelo PSD e eu tenho que referir o seguinte: Já foi dito, e bem, na primeira intervenção acerca disto, pela Sra. Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro. O PRR é o que é! Tem lá as diferentes linhas de financiamento para uma quantidade de assuntos e de projetos que podem ser apresentados, uns do Governo, e outros programas que podem ser de outras vertentes. Mas, como a Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro disse, e muito bem, isso não se esgota neste PRR. Os investimentos, as necessidades, os vários e diferentes programas a que a economia se pode candidatar não se esgotam obviamente neste PRR.

O meu entendimento é que, e já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela primeira vez, como eu disse há pouco, nós vemos a luz ao fundo do túnel, acerca de um investimento que rondará os quarenta milhões de euros, e estamos a falar do IC6, e que irá ser uma realidade porque está lá inscrito. Nós contamos com ele, e obviamente que haverá outras vertentes de outros programas, onde a própria economia pode recorrer a outras verbas e a outras candidaturas para poderem fazer face a algumas aspirações que possam ter.

Agora, relativamente à proposta em si, aquilo que dá a ideia é que o Sr. Deputado João Brito está a falar, não concretamente do Concelho de Oliveira do

Hospital, e está a falar efetivamente de uma Região. Estará a falar, porventura, não só no distrito de Coimbra mas estará a falar em todo o interior e em todos os distritos do interior.

Ora, não é essa a função desta Assembleia Municipal. Portanto, eu entendo que esta proposta está completamente descontextualizada.

O IC6 é uma aspiração que tínhamos há anos, e também o PSD reclamou e criticou por não fazermos nada acerca do IC6 e, agora, quando temos o IC6 plasmado no PRR, estamos a votar uma moção contra as intenções do PRR.

Portanto, não estou de acordo com isso e irei votar contra esta moção.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a esta moção quero referir duas ou três situações muito rápidas: Em primeiro lugar dizer que o PRR está em discussão pública e até segunda-feira são bem-vindos os contributos de organismos, entidades, forças políticas, etc.

O grande conselho a dar ao PSD é que faça essa sugestão até segunda-feira, em tempo útil, sob possibilidade de arrependimento e depois não se venham manifestar nesta Assembleia Municipal.

A segunda questão: Comungar totalmente com a intervenção da Sra. Presidente da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque deram explicações concisas e concretas.

Como Concelho, como Município, e como Oliveirenses devemos congratular as verbas que nos estão atribuídas e com o desenvolvimento que este PRR vai dar ao Concelho.

Terceira situação: Dizer ao nosso amigo e caro Deputado João Brito que tem uma excelente capacidade de leitura e lê muito bem os documentos que tem à frente. Eu gostei de o ouvir ler.

Quarta questão: A Comissão Europeia parabenizou Portugal pela excelência do documento e pelas intervenções que lá estão e que são muito melhores do que em outros Países e, agora, queremos dizer que não presta que não vale e que temos de fazer uma coisa diferente. Não se percebe!

Esta é a política no seu pior. Nós não compactuamos com isso e naturalmente vamos votar contra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“O PRR tem objetivos e meios próprios e quer o PSD queira, quer não queira, vai ser construído o IC6.

O PSD, com esta moção que apresenta, quer votar contra isto.

Estamos aqui perante mais um número político e todos já percebemos de onde vem. Vem de alguém que não está nesta Assembleia Municipal. Mais uma vez assistimos ao PSD a querer prejudicar, a querer parar a evolução da nossa terra e, por isso, voto contra.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Estou muito surpreendido com a proposta do João Brito! Para uma pessoa que há pouco tempo atrás, quando foi anunciado a concretização do projeto e do estudo do IC6, numa comunicação que eu fiz, ele fez uma publicação em que me disse que nós a cada quatro anos oferecemos arroz doce.

Ora, agora que toda a gente sabe que esta obra vai ter que ser uma realidade, quando o Presidente da Câmara Municipal tem feito disto um “cavalo de batalha”. Recordo, aqui, também, que a Sra. Eng.^a Dulce Álvaro Pássaro recomendou sempre que fossemos renovando aquela questão do impacto ambiental por causa daquele corredor que efetivamente existe.

O Eng.^o João Brito que não venha agora com esta proposta. Eu vou votar contra porque esta proposta não é uma proposta credível e não considero que seja uma proposta politicamente honesta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Fico realmente admirado com esta proposta, nesta altura, depois do conhecimento relativamente àquilo que está atribuído para o IC6.

A Bazuca, na minha opinião, e por aquilo que está realmente previsto, são verbas atribuídas no âmbito da pandemia.

Vou votar contra esta proposta, mas que não se diga que nós votámos contra algumas obras que estão nessa proposta porque nós queremos que elas sejam feitas, simplesmente há outros meios para as conseguir, e uma proposta destas, nesta altura, ia prejudicar certamente aquilo que está previsto relativamente ao IC6 que é uma obra, como já foi aqui referido, pela qual andamos a lutar há uma série de anos.

Por isso, penso que a bazuca não faz milagres e de repente aparecerem as obras todas, mas está plasmado, e aqui houve um bom trabalho, nomeadamente

do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Executivo, que conseguiram desbloquear esta verba para que ela fique plasmada neste PRR.

Vou votar contra esta proposta do PSD.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer-vos, caríssimos amigos e companheiros, que todas as apreciações que foram feitas à proposta apresentada pelo Deputado João Brito pecam por uma razão: Ao contrário do que ele pretende fazer crer com essa proposta, o que está aqui em causa não é o PRR, não é a bondade do PRR. O que está aqui em causa são as eleições autárquicas que estão para vir.

O que está aqui em causa, por parte do Deputado João Brito, e há pouco o Deputado Francisco Garcia disse-o, e bem, é mais um número político. Porquê? Porque ele coloca nesta Assembleia Municipal uma proposta que sabe perfeitamente que os Deputados do PS terão que votar contra, mas coloca-a de uma maneira que vai depois pretender tirar dividendos políticos, dizendo exatamente aquilo que o Sr. Raul Dinis acabou de dizer agora: “Vejam bem a preocupação destes indivíduos pelo Concelho que inclusivamente votaram contra uma proposta que falava em obras que não estão aqui contempladas e que deviam ser feitas.”

Caríssimo companheiro e colega Deputado João Brito, percebemos que até hoje o partido em que o Senhor está e representa não fez um centímetro do IC6, não contribuiu com um cêntimo para que qualquer tipo de projeto, fosse ele de impacto ambiental, projeto de infraestruturas, do que quer que seja. Não o fez! Aquilo que o Senhor aqui está a fazer, mais uma vez, é tentar de alguma maneira descredibilizar um projeto em que o PSD, pelos vistos, nunca acreditou, obrigando a Assembleia Municipal a tomar uma posição.

Devo-lhe dizer que já estamos habituados a essas questões e conseguimos ler bem. O Eng.º Carlos Inácio há bocado disse que gostou de o ouvir ler. Nós também lemos bem, mas lemos bem nas entrelinhas. Conseguimos ler nas linhas e nas entrelinhas.

A proposta que é feita, mais uma vez digo, não tem a ver com o PRR, tem a ver com as eleições autárquicas, tem a ver com colocar o PS numa situação desconfortável em campanha eleitoral. Não conte para isso comigo. Não conte para isso com os Deputados eleitos pelo PS e de certeza que não contará para isso com os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PS e que fazem parte desta Assembleia Municipal.

Como é óbvio votarei contra.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos proceder à votação da Moção de Reivindicação apresentada pelo Deputado João Brito.”

Efetuada a votação, a Moção de Reivindicação foi rejeitada por maioria, tendo sete votos a favor.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte declaração de voto:

“A intenção desta moção era apenas propor ao Governo um maior investimento nos Concelhos e nos locais onde há menos pessoas.

O que acabou por acontecer aqui foi uma politização por parte do PS indo contra àquilo que tem dito o Sr. Presidente da Câmara Municipal, como Presidente da CIM, e a própria Federação do PS.

Portanto, isto é o PS no seu melhor, uns contra os outros, e, por isso, é que realmente o nosso Concelho consegue gerar estas dificuldades.

Depois, dizer, a algumas pessoas que falaram, o seguinte: Gosto muito pouco, principalmente de pessoas, se calhar, com menos habilitações do que eu que me venham dizer que eu sei ler. Pois, eu sei ler, e sei ler muito bem! Aqui não é uma questão de leitura, é uma questão de leitura política. Aqui é uma questão de leitura de desenvolvimento para o nosso Concelho.

O PSD em alguma altura disse que era contra o IC6. Falei no IC6, no IC7 e no IC37.

Os Senhores é que deturparam tudo o que eu disse por uma questão de maus princípios ideológicos mal definidos que faz com que hoje digam uma coisa e amanhã digam outra. Nuns locais apelam a uma coisa e noutros locais apelam a outra.

Portanto, a posição que hoje os Srs. Deputados do PS aqui tiveram ao votar contra uma moção que apenas tentava trazer para o nosso Concelho, aquilo que é mais necessário, que é o desenvolvimento e a coesão territorial, os Senhores votaram contra. Este é o propósito do vosso voto. Votaram contra aquilo que o PSD tencionava e que era precisamente mais desenvolvimento para as empresas, mais desenvolvimento para a saúde, mais desenvolvimento

para a educação, mais desenvolvimento para tudo o que são as empresas de Oliveira e para todos os Oliveirenses.

Os Senhores entenderam que o IC6 saía prejudicado, ou beliscado, com a aprovação desta moção.

Sinceramente, eu sei ler bem, mas alguns, se calhar, sabem ouvir mal, ou não ouvem realmente aquilo que lhes é dito.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado João Brito tem toda a legitimidade de dizer o que acabou de dizer.

Agora, também há uma coisa que eu lhe quero transmitir: Se chegasse ao Governo uma Moção de Reivindicação nestes termos, realmente só poderiam achar graça. Porque verdadeiramente se há Concelho que neste pacote do PRR até está beneficiado, como disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal, é Oliveira do Hospital.

Repare, mais uma vez a região tem capital de queixa. A região, como região, posiciona-se.

Oliveira do Hospital não tem razão de queixa em termos comparativos com outros Municípios da região.

Ultrapassado este ponto, vamos passar à votação da proposta de agradecimento a título póstumo ao Dr. António Simões Saraiva que o Sr. Deputado João Esteves propôs à Assembleia Municipal.

O Sr. Deputado João Esteves já leu a proposta de agradecimento mas vou ler outra vez:

“António Simões Saraiva, prestou serviço público a este Concelho durante cerca de trinta e dois anos, sendo dezasseis anos como Presidente da Câmara Municipal e dezasseis anos como Presidente da Assembleia Municipal.

Foi o primeiro Presidente democraticamente eleito após 25 de Abril de 1974, em eleições livres realizadas no ano de 1976. Fez quatro mandatos seguidos até ao ano de 1990. Teve como base fundamental nos seus mandatos, levar às populações deste Concelho as infraestruturas básicas, tais como água e saneamento, para melhorar as condições de vida, nas suas terras.

Durante esses mandatos, o País passou por situações económicas difíceis, o que levaram os governantes nos anos de 1977 e 1983 a pedir ajuda internacional ao FMI. Mesmo assim, durante esse período no qual foi

Presidente da Câmara, desenvolveu o Concelho, quer no aspeto empresarial com a projeção e conclusão das obras da Zona Industrial, tal como ainda hoje se encontra, no aspeto desportivo e social, para o desenvolvimento das camadas jovens, com a construção do Pavilhão Municipal, o complexo de Piscinas Municipais, o desenvolvimento da estrutura da cidade de Oliveira do Hospital, já que antes de 25 de Abril de 1974 estava quase praticamente confinada ao que se designa hoje por Zona Histórica. Abriu novas estradas de ligação às diversas localidades deste Concelho e desenvolveu as localidades com infraestruturas básicas e arruamentos.

Claro que nos mandatos a que presidiu, não havia fundos comunitários que hoje estão disponíveis, o que tornaram os mandatos exercidos com muita dificuldade mas, mesmo assim, com bastante desenvolvimento. Isso só foi possível, graças à sua tenacidade e grande poder de negociação com os Governos de então, para poder trazer fundos para o Concelho.

Foi um homem de cultura. Apoiou e contribuiu para o desenvolvimento cultural do Concelho, com o forte apoio dado às instituições culturais e recreativas.

Por isso tudo, deverá ser lembrado como um homem que lutou pelo desenvolvimento do Concelho e do bem-estar das suas populações.

Assim, face à personalidade em causa e ao seu contributo para o muito que fez por este Concelho, proponho que esta Assembleia vote o agradecimento, a título póstumo, a António Simões Saraiva, pela grande personalidade que foi neste Concelho.”

Passamos agora à votação desta proposta de agradecimento.”

Efetuada a votação, a proposta de agradecimento a título póstumo ao Dr. António Simões Saraiva foi aprovada por unanimidade.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte declaração de voto relacionada com a votação da Moção de Reivindicação apresentada pelo Deputado João Brito:

“Compreendo as dificuldades na realização da Sessão da Assembleia Municipal nesta forma mas em devido tempo pedi a palavra e espero que compreendam isso.

Relativamente à Moção de Reivindicação apresentada pelo Deputado João Brito quero apresentar sinteticamente as razões que me levaram a votar contra: A proposta apresentada não é do Deputado João Brito, pode ser do líder

do PSD local, porque ela não é só de Oliveira. Nessa medida, ela será do cidadão João Brito, eventualmente do militante do PSD, João Brito, e nesse sentido há um fórum específico para a participação no PRR.

Nessa medida, eu não posso aceitar que o Deputado João Brito faça um número político e que chegue aqui com uma proposta que é estritamente geral, que não foca nenhum problema concreto de Oliveira do Hospital, nem diz como é que o PRR o poderia resolver e, nessa medida, eu não posso compactuar que a opinião do cidadão João Brito, como do militante do PSD João Brito, seja aqui posta ou aprovada como posição oficial desta Assembleia Municipal.

Essas foram as razões que me levaram a votar contra. Votei contra porque a proposta apresentada não é sobre Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte declaração de voto relacionada com a proposta de agradecimento a título póstumo ao Dr. António Simões Saraiva:

“Fico contente com a aprovação desta proposta por unanimidade porque se alguém acompanhou o Dr. António Simões Saraiva desde 1979 fui eu.

Acompanhei esses anos duros que o João Esteves está a falar. Acho que tudo aquilo que ele escreveu, eu concordo com tudo. Acho que o Dr. António Simões Saraiva além dos dezasseis anos de Presidente da Câmara Municipal, desde dezasseis anos de Presidente da Assembleia Municipal, que eu sempre acompanhei, mas acima de tudo acompanhei-o desde 1976 até ao ano passado não só na parte política mas também na construção de uma amizade profunda que se foi formando ao longo dos anos nas posições que eu tomei contra, com respeito, com muito respeito. Às vezes éramos duros, e eu era duro, mas o respeito existia. Tenho muitas vezes pena porque todas as situações criadas nessa altura entre os Membros da Assembleia Municipal, enquanto o Dr. António Simões Saraiva era Presidente, não se passe hoje porque acima de tudo havia no fim uma coisa que hoje não existe e que era a amizade. Havia amizade, havia respeito e havia, sim, os momentos próprios de fazer política. Hoje, infelizmente, não é assim!

Concordo totalmente com esta proposta do João Esteves exceto misturar aqui o terceiro parágrafo não era de bom-tom. “*Durante esses mandatos, o País passou por situações económicas difíceis, o que levaram os governantes nos anos de 1977 e 1983 a pedir ajuda internacional ao FMI.*”

Claro que isto é uma dica para o PS e como eu nestes anos estava na Assembleia Municipal, em 79 e 84, eu não me posso esquecer que o pedido do FMI em 77 vinha de quarenta anos de ditadura e o pedido de 83 vinha de três anos e meio de Governo da AD.

O Dr. António Simões Saraiva não merecia, no meio disto tudo, este parágrafo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte declaração de voto:

“Iria fazer exatamente a mesma objecção que o Deputado Carlos Mendes fez, acrescento apenas uma nota muito breve:

A dimensão humana, cultural e intelectual do Dr. António Simões Saraiva levou-me naturalmente a votar em consciência favoravelmente, a proposta de agradecimento a título póstumo ao Dr. António Simões Saraiva, tal e qual, o Deputado João Esteves a apresentou.

Não me parece que esta dimensão humana, intelectual e cultural do Dr. António Simões Saraiva pudesse ser beliscada com alterarmos uma linha que fosse daquilo que foi proposto pelo Deputado João Esteves e, portanto, mereceu o meu assentimento.

De todo o modo, queria que também ficasse escrito o reparo que o Deputado Carlos Mendes fez em relação àquela questão do FMI, que eu subscrevo inteiramente. Há uma outra questão, que é meramente semântica, mas ficaria muito mais confortável se fosse um voto de homenagem porque verdadeiramente aquilo que nós pretendemos fazer, hoje, é uma homenagem ao Dr. António Simões Saraiva. Um agradecimento que estará implícito nesta homenagem.

Parece-me que traduziria melhor aquilo que é o sentir e o pulsar de todas as bancadas e de todos os Deputados Municipais pela memória de alguém que tanto deu ao Município de Oliveira do Hospital, que naturalmente não estará isento de erros, como nenhum de nós estará, mas que o todo é muito maior do que a soma das partes e, o Dr. António Simões Saraiva, deixou, de facto, um legado que merece louvor.

É esta a declaração de voto que quero que fique escrita.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente a proposta do Deputado João Esteves, embora esteja em desacordo com aquela questão política que já os Deputados Carlos Mendes e João Ramalhete referiram.

Eu e o Carlos Mendes fizemos, desde a primeira hora, parte dos Órgãos Autárquicos com o Dr. António Simões Saraiva.

Foi um Homem que sempre me respeitou e eu sempre o respeitei. Nós tínhamos as nossas desavenças políticas mas depois de sairmos da Assembleia Municipal éramos dois amigos. Foi sempre assim que eu me habituei a estar com ele e que me habituei a respeitá-lo.

Tenho pena que muita gente do PSD não possa dizer a mesma coisa que eu estou a dizer. Se calhar até algumas das pessoas que foram proponentes desta proposta não tiveram a mesma lealdade que eu tive, e outros Socialistas, numa fase mais difícil do Dr. António Simões Saraiva.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria dar um pequeno esclarecimento, para que as pessoas saibam, sobre aquilo que o Carlos Mendes disse relativamente ao terceiro parágrafo: Não está lá implícito, nem teve da minha parte, qualquer intenção política.

A única coisa que eu quis salientar nesse terceiro parágrafo foi, pura e simplesmente, o seguinte: Na altura em que o Dr. Saraiva governava a Câmara Municipal havia dificuldades económicas no País e, por isso, era muito difícil fazer determinadas obras e trazer dinheiro para o Concelho. Foi só essa a minha intenção e não foi intenção política.

Só queria dar este esclarecimento para as pessoas não fazerem juízos errados daquilo que eu tive em mente.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Está fechado o ponto. O Voto de Agradecimento foi aprovado por unanimidade, as declarações de voto que consideraram pertinentes estão registadas.

Agora vamos continuar com as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia que já está a ficar muito longo.

Peço aos Senhores Deputados Municipais para serem sintéticos nas suas intervenções.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Queria deixar-vos apenas aqui uma nota muito sintética: Uma comunidade é, como todos sabemos, um somatório da valia das suas gentes.

Neste tempo de incerteza há sempre quem nos inspire a fazer mais e melhor, há quem arregace as mangas e não vire a cara à luta.

É com muita satisfação que vejo que a matriz do povo Oliveirense, este povo beirão, é esta, independentemente da sua ideologia político-partidária, do credo, da raça ou da cor, sempre arregaçámos as mangas e sempre demos o nosso melhor.

Exemplo disso, que a todos nos orgulha, são as empresas de Oliveira do Hospital que têm feito um esforço muito grande para manterem as portas abertas, para manterem os postos de trabalho, para cumprir com as suas obrigações sociais, para cumprir com as encomendas e fazerem, de facto, um esforço sobre-humano.

Esta é uma resistência, e este exemplo de resistências são as vinte empresas que receberam a distinção de PME Líder.

Ciclicamente temos vindo a homenagear estas empresas e penso que o Município também o deve fazer desta vez porque é uma distinção que nesta altura muito nos honra, e honra especialmente os empresários e os trabalhadores, e honra toda a sua estrutura directiva, mas honra também todos os Oliveirenses, e é preciso que todos, em uníssonos, independentemente da cor partidária possamos dizer a estes homens que tanto trabalham que nos orgulham.

Para percebermos a dimensão deste orgulho basta vermos que na atribuição desta distinção apenas ficámos atrás de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede. Depois destes três Concelhos Oliveira do Hospital foi o Concelho que teve mais empresas distinguidas.

Uma comunidade, como dizia há pouco, não percorre caminhos sozinha, precisa do apoio de todos, e neste campo, como em muitos outros, o Executivo tem tido uma postura de enorme solidariedade.

Por isso, gostava de saudar as medidas de apoio do Município ao comércio local, as ajudas face aos prejuízos no montante de duzentos e cinquenta mil euros, as isenções ao comércio no Mercado Municipal e aos Feirantes e salientar que em tempos de dificuldade o Município de Oliveira do

Hospital sabe ser exemplar e está sempre na linha da frente no apoio aos cidadãos, às empresas e ao comércio local.

Temos, como sabem, uma dimensão muitíssimo importante no agro-alimentar e, por isso, aproveitava e pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tomasse nota desta minha questão para que depois no devido tempo me respondesse. Como é que vai ser a Feira do Queijo em 2021? Qual é que vai ser o modelo que vamos adotar?

Esta é uma questão que me parece que os produtores de queijo e toda a indústria do Queijo Serra da Estrela precisam de ver respondida e precisam de uma resposta muito clara.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui dois agradecimentos: Foi com agrado que vimos a nossa Igreja Moçárabe de Lourosa integrar o conjunto de igrejas de relevo nacional que foram alvo de um projecto que pretende cruzar várias áreas artísticas destacando-se o *video mapping*, a dança, a poesia e a música.

Foi um projecto fantástico que permitiu mostrar ao nosso País e ao Mundo, numa primeira instância através da SIC e depois em *streaming* na página *vortex company*, no dia 24 de dezembro.

Agradecemos, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, à Sra. Vereadora da Cultura e estamos imensamente gratos pela oportunidade que nos deram para aparecer na televisão e com destaque da nossa Freguesia de Lourosa.

Agradecer também o esforço que tem sido feito, tanto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, como pela Sra. Vereadora da Cultura, na promoção de algumas reuniões com a Direção Regional da Cultura, no sentido de fazer alguns acertos com o Projecto de Requalificação do Adro da Igreja.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“É um prazer falar-vos daqui de Alvôco das Várzeas.

Quero fazer algumas considerações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e cumprimenta-lo por ter chegado com o seu mandato ao fim. É um Presidente de Câmara que não é um Presidente da lâmpada, do fontenário, do alcatrão, não recebeu em troca um almoço, um presente.

Foi um Presidente que trabalhou, foi muito mais ambicioso, trouxe riqueza para Oliveira do Hospital. É nesse sentido que lhe quero agradecer tudo o que tem feito por Oliveira do Hospital e pela nossa Região.

Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o seguinte: Falou-se, em tempos, em saneamento e quero lembrar que em Alvôco das Várzeas, na parte do Braçal e na parte do Parente, não há saneamento. Foi falado fazer-se e continua por fazer.

Também na Reta da Salinha foram metidos tubos. O saneamento está feito. Penso que ainda não tem ligações.

Fala-se, há alguns anos, no saneamento da Quinta da Abrunheira.

Estas obras de saneamento ainda vão ser feitas neste mandato?"

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer que tinha uma intervenção preparada, e não deixarei de fazer as perguntas que o CDS-PP tem para apresentar ao Executivo mas, não posso deixar de registar o desnorte e o desespero do Partido Socialista, em Oliveira do Hospital, que se revela em algumas intervenções de alguns Deputados, seja a intervenção, com uma linguagem bafienta, do Deputado Francisco Garcia e o discurso insólito do Deputado Carlos Inácio que nos diz que o Executivo tem uma estratégia, tem uma visão com um plano de futuro para pôr a economia a florescer.

Bom, basta sair à rua em Oliveira do Hospital e ver as montras, ver as lojas fechadas e ver o desespero que os donos dessas mesmas lojas e os pequenos empresários têm para poderem reabrir os seus negócios!

OCDS-PP, em boa hora, apresentou medidas ao Executivo para o combate desta pandemia e das dificuldades que podem sentir os Empresários Oliveirenses.

E com isto passo à segunda parte da minha intervenção, tendo em conta que existem alguns Deputados que acham que a oposição tem linguagem inócua, faz aproveitamento político e demagogia. Esses Deputados estão aí certamente desatentos porque o CDS-PP, no decorrer do último mandato, sempre esteve presente, sempre apresentou uma visão alternativa e até logrou conseguir a aprovação na última Assembleia Municipal da proposta de alargamento dos horários da Biblioteca em períodos de exames.

Mas eu gostava de perceber qual é que é essa estratégia do Partido Socialista?

Percebe-se que o medo é latente para as próximas eleições autárquicas e, de outra forma, não teriam trazido o tema para aqui.

Mas tenho que dizer aos Deputados Socialistas que haverá certamente uma alternativa de poder.

A este rumo, se é que se lhe pode chamar rumo, porque é um desnorte completo, mas gostava de saber qual é que é a estratégia, tendo em conta a ausência de estratégia económica e estrutural.

Temos um salário médio local de trezentos euros abaixo da média nacional, ausência de estratégia de habitação, números horrorosos de fixação de jovens em Oliveira do Hospital, já para não falar da taxa de fixação abaixo de 10 % dos jovens estudantes da ESTGOH. Com a ausência de um plano de mobilidade concreto para os Oliveirenses, sejam eles do Seixo da Beira, sejam eles de São Gião.

Não existe sequer um serviço de transportes públicos dignos e, no que toca às vias de comunicação, o Partido Socialista vai-se agarrando à bóia do IC6 e a mais um anúncio de um plano de execução, como já existiram vários. Talvez seja por isso que o Sr. Presidente da Câmara se vai candidatar à Assembleia Municipal, para ver se durante as suas funções autárquicas a coisa lá avança para poder cumprir a promessa.

Seja na ausência de plano de organização florestal, e, aqui, fazer uma nota muito importante e perguntar diretamente ao Executivo o seguinte: Aconteceu em São Gião um crime ambiental. É uma questão de bom senso. O Parque de Campismo de São Gião era um dos últimos espaços verdes da área de 99 % ardida face aos incêndios. O choupal do Parque foi completamente cortado, árvores autóctones foram cortadas e isso veio de ordem expressa e direta de um autarca eleito pelo Partido Socialista em Oliveira do Hospital que o Partido Socialista de Oliveira do Hospital queria que fizesse parte do Executivo, tanto era que estava nessa mesma lista.

Gostava de perceber se o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento dessa situação e se a Câmara Municipal vai atuar como deve face a esse acontecimento?

Gostava também de saber em que ponto estão os desenvolvimentos relativos à organização florestal que foi aprovada na última Assembleia Municipal e por aquilo que eu vi que aconteceu em São Gião certamente não terão sido muitos?

Repito também a questão que tenho vindo a fazer, porque é muito bonito lançarem-se notícias mas os Oliveirenses querem resultados.

Gostava de saber em que é que se consubstanciou, no contexto da execução, um milhão de euros que a Câmara diz atribuir para a remoção de eucalipto em Oliveira do Hospital?”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Dirijo-me primeiramente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para lhe dizer que a Junta de Freguesia de Lagares da Beira e o seu Executivo estão satisfeitos porque neste momento já se encontra pavimentada a ligação entre Lagares, que se situa junto ao Cobral, e o Poeiro. Para além de ser uma ligação entre duas Freguesias tem também nesse percurso o Lagar do Azeite e já era uma obra há muito tempo ambicionada por esta Junta de Freguesia.

Quero fazer um agradecimento público aos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira pela criação da equipa que se disponibilizou para se manter em confinamento no quartel durante um mês para estar em condições de saúde para intervir junto da população. Não poderia deixar de lhes fazer um agradecimento em nome da Junta de Freguesia, como em meu nome pessoal.

Quero dirigir ainda uma palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e dizer-lhe que de certeza todos os Oliveirenses lhe estarão agradecidos por todo o empenho que demonstrou e que se concretizou no lançamento do concurso para a continuação do IC6. Vai ser certamente uma mais-valia para os Oliveirenses e para os Concelhos que estão próximos.

Dirigir também um agradecimento institucional e pessoal ao grupo do Gabinete de Gestão Covid-19 que têm sido incansáveis no acompanhamento das pessoas infetadas.

Depois, dirigir uma palavra de agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal pelo combate que tem feito para minimizar os contágios de Covid-19 e pela transparência que tem tido todas as semanas com a comunicação que faz sobre a situação concelhia. Penso que esta comunicação é muito importante para que todos os Oliveirenses compreendam a situação que se vai vivendo no Concelho.

Por último, mas não menos importante, quero enaltecer o apoio dado ao Comércio Local com a criação destes novos incentivos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha primeira palavra vai para todos aqueles que estão a passar dificuldades nestes tempos difíceis e fazer votos que passem rápido estes tempos.

Depois, partilhar convosco alguns tópicos e deixar algumas preocupações. Gostaria de começar com um ponto positivo: Saiu recentemente na Revista Evasões uma notícia sobre o nosso Concelho, nomeadamente sobre a Tia China e a Igreja Moçárabe de Lourosa e gostaríamos de registar este momento. Isto vem reforçar a ideia que temos vindo a defender: Não é necessário atirar dinheiro para cima de eventos megalómanos para termos visibilidade e eco nos média nacionais, assim haja bons motivos para divulgar o que de bom temos para oferecer.

Dar também os parabéns às vinte empresas do Concelho que foram designadas como PME Líder, como já aqui foi referido. A este propósito quero deixar aqui apenas um aparte: No ano de 2015 éramos 24 PME, ou seja, temos vindo a perder algum fôlego a este nível.

Em sentido oposto, reprovamos a presença de quatro elementos do Executivo e restante comitiva, para assinalar a abertura do Centro de Vacinação Covid-19, que teve lugar no nosso Concelho. Mais um ato de pura propaganda e um contra-senso, quando o apelo é para que fiquemos em casa. Bem sabemos que são Vereadores a mais para um Município pequeno e que não há muito para fazer. Deve haver algum bom-senso e não darmos este espectáculo à comunidade quando a palavra de ordem é “Fiquem em Casa”

Dito isto, uma palavra sobre a disponibilização de computadores aos nossos alunos neste confinamento: Sabemos que o Governo não se preparou e que o Agrupamento de Escolas não tem capacidade para fazer face a tantos pedidos. Sabemos também que houve um contrato de aquisição de 20 PC em maio transato mas que manifestamente é pouco face a tantos pedidos, foram cerca de trezentos.

Portanto, gostaríamos de saber o que foi feito pelo Executivo nesta matéria desde então?

E, já agora, também deixamos a sugestão para que estas aquisições, e outras, fossem feitas em empresas de Oliveira porque o lema é, tanto quanto nos é dito, “cá compra, cá fica”, ou aqui o *slogan* já não se aplica?

Gostaríamos também de alertar que estamos em 2021 e as atas das Assembleias de 2020 ainda estão por disponibilizar *on-line*.

Por outro lado, assistimos recentemente a mais um capítulo da novela IC6, e que já aqui foi tão badalada. Nada de novo, tendo em conta a contagem decrescente em que estamos para as eleições, mas que ninguém se iluda!

Deixam caducar projectos e, agora, anuncia-se o lançamento de mais um projecto. São estudos, atrás de estudos, e de lá, para cá, nada avançou, pelo contrário! Mas os Oliveirenses já não vão nestas andanças porque temos, todos, memória. A luz ao fundo do túnel também já era visível em 2017, quando se dizia, e cito “*O Governo prevê investir trinta e oito milhões de euros no IC6, iniciativa cujo projecto de execução será até julho de 2017*”.

Mas essa luz nunca mais chega e voltamos aqui, agora, a prever mais uma vez o investimento. Tudo isto é surreal demais!

Gostaria de recuperar uma questão que, certamente por esquecimento, ficou por responder na última Assembleia Municipal, e que tem a ver com os Transportes Escolares: Gostaríamos de saber se o problema dos alunos que têm de esperar até ao final do dia para regressar a casa, mesmo não tendo aulas da parte da tarde, já foi revertido? Agora até estão em casa mas, quando retomarem as aulas, seria bom que este transtorno para os alunos e pais, que têm que ir buscar os filhos, estivesse resolvido.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A propósito da intervenção do Deputado Rafael Sousa Costa quero dar um esclarecimento. Acho que devemos ser rigorosos independentemente das pessoas fazerem o debate político. Hoje, da parte de uns e outros, já há alguns laivos de pré-campanha.

Quero dizer-vos o seguinte: Em 2017 havia uma grande expectativa relativamente à concretização do IC6. Estávamos convencidos que se conseguia em Bruxelas o montante que está calculado para a concretização da obra.

Esta foi uma matéria que o Presidente Alexandrino e eu acompanhámos.

Como sabem, na altura, o PSD/CDS considerou que Portugal já tinha demasiadas auto-estradas e IC e em Bruxelas ficou a situação bloqueada.

Então, aqui, numa Feira do Queijo, o Ministro Pedro Marques disse que não conseguiram o dinheiro em Bruxelas para a realização do IC6. O IC6 ficava inscrito no Plano Nacional de Investimentos 2030. E continua lá inscrito.

O Plano Nacional de Investimentos 2030 é, como sabem, um instrumento nacional.

Também quero dizer que apesar do anúncio para o concurso ter saído agora, eu tenho aqui uma nota técnica que pedi aos Serviços Técnicos das Infraestruturas de Portugal e foi-me apresentada a calendarização para o desenvolvimento do projeto.

Portanto, houve uma portaria de extensão de encargos para se poder fazer o projeto e o montante para a execução da obra começou a ser uma realidade palpável, sólida, com a sua inclusão no PPR. Essa é a diferença.

Houve um grande empenho, não se largou isto, temos andado a bater a todas as portas e não é só a nível político. A nível político é muito importante mas também temos feito um acompanhamento nos organismos que, como o Sr. Eng.º Rafael bem sabe, informam estas matérias.

Porque se for decidido politicamente mas se todo o processo não estiver desenvolvido conforme a legislação e conforme os requisitos, o projecto não avança só porque politicamente o Ministro diz para avançar, o Senhor sabe isso.

Desta vez estão reunidas todas as condições e podem dizer o que quiserem. Podem dizer que são números políticos. Honestamente também não estamos na posse de toda a informação. Compreendo que cheira um bocadinho, se quiserem, a número político mas não é um número político.

A portaria foi aprovada no final do ano passado e só agora foi possível lançar o concurso. Ainda bem que ele foi lançado.

O Sr. Eng.º certamente já foi ver o anúncio e já viu que, agora, há sessenta dias para apresentarem propostas e depois há trezentos dias para fazerem o estudo e só depois disso é que vai ser aberta a avaliação do impacto ambiental que vai integrar toda a informação caducada do processo anterior.

Portanto, estamos na expectativa que seja mais célere e depois passamos para a concretização da obra.

Eu não vou voltar a falar deste assunto. Está esclarecido como é que foi e o que tem sido feito.

Portanto, podem agora fazer os números todos que quiserem.

Esta é a verdade dos factos, que fique claro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por felicitar a Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira, pelos agradecimentos que fez a todas essas entidades porque são inteiramente merecidos e realmente revelam que as pessoas estão interessadas em ajudar e em colaborar com aqueles que necessitam.

Todos conhecemos as situações negativas que a pandemia Covid-19 tem causado em todo o País e principalmente nos comerciantes e empresários do nosso País e do nosso Concelho. Sabemos também que relativamente ao nosso Concelho o Executivo da Câmara Municipal tem estado atento e preocupado com esta situação e, por isso, tem implementado algumas medidas de isenções aos estabelecimentos em causa, nomeadamente da restauração e bebidas, como seja a isenção dos pagamentos das taxas anuais de publicidade, autorização de aumento de áreas de esplanadas mantendo a isenção do pagamento de taxas com a ocupação do espaço público, entre outras. Incentivou também as compras no Comércio Local no período de Natal e Ano Novo com o envolvimento da ADI. Isso também deu algum ânimo durante esse período.

Entretanto, temos conhecimento que foi anunciado um programa de Apoio ao Comércio Local que pela sua importância pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos fizesse a apresentação deste projeto porque julgo que todos temos interesse em conhecer isto. Sabendo nós que o Sr. Presidente e este Executivo têm feito um trabalho notável no apoio a quem dele necessita.

Relativamente ao IC6 é bom que não nos esqueçamos que nestes últimos quatro anos, quer o Concelho mas também o Governo, tivemos problemas com os fogos florestais e fomos assolados por esta pandemia. Não podemos ignorar isto porque isto tem influência para que os processos sejam mais céleres ou menos céleres. Temos que perceber que às vezes não é no *timing* que pretendemos mas é quando as coisas são possíveis.

Agora, o que há de louvar e o reconhecimento que tenho a certeza a própria oposição o faz, e a própria oposição reconhece que este Executivo e que o Sr. Presidente da Câmara e a Eng.^a Dulce Pássaro que se têm empenhado com todas as suas energias na resolução deste problema. Agora temos mais uma esperança e veio nesta altura que é de pré-campanha, aproximam-se eleições lá para o fim do ano, mas, na verdade, quando as coisas aparecem temos que as divulgar e temos que dar conhecimento daquilo que está a acontecer. E se isso se traduz numa esperança, acho que neste momento o que precisamos é de algumas esperanças porque, neste caso concreto, estou convencido que é uma esperança que se vai concretizar até 2026, e ficaremos todos satisfeitos com isso, quer o Partido Socialista, quer o PSD, quer o CDS e todos os Oliveirenses ficarão satisfeitos com a concretização desta obra.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Começaria a minha intervenção por reconhecer e agradecer o empenho e a luta do Executivo porque nunca desistiram da captação e execução da obra do IC6 e agradeço também as palavras de explicação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

Acho que sendo numa altura de eleições, sendo fora de uma altura de eleições, ou daqui a mais alguns anos, é sempre uma grande notícia.

Acho que é um dos desígnios de Oliveira do Hospital porque realmente já ando aqui há alguns anos e sempre se tem vindo a falar no IC6 como uma obra de bandeira para Oliveira do Hospital. E quando temos expectativa, e quando estamos próximos de atingir esse objectivo acho que deveríamos ser unânimes a puxar por ele e a querer realizá-lo o mais rápido possível.

Por isso, pedia a todos os partidos e a todos os Oliveirenses que se unissem em torno da construção do IC6.

Depois, e “puxando um bocadinho mais a brasa à minha sardinha”, gostaria de deixar aqui algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Tenho vindo a reivindicar nas últimas Assembleias Municipais o arranjo e a beneficiação da estrada da Carvalha, que é uma obra que deve ser feita no menor prazo de tempo possível, porque realmente a estrada apresenta uma degradação bastante elevada.

Depois, reivindicar a rápida intervenção no muro de suporte à Estrada Municipal 514, na Ponte das Três Entradas junto à Escola Básica, dado que se não houver ali uma intervenção corremos o risco da estrada poder derrocar e termos ali problemas sérios e custos bastante mais elevados.

Na intervenção inicial falou-se na marcação das estradas: Dizer também que gostaríamos de ser contemplados com a marcação na Estrada Municipal 506, desde o Lidl até Penalva de Alva, porque é uma zona com nevoeiros frequentes e devido ao traçado da própria estrada merecia uma marcação.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Efetivamente estas Assembleias em videoconferência são mais impessoais e era bom que pudessemos interagir pessoalmente que é de facto o que se pretende e o desejável.

Dizer aqui que há algo que se nota nesta Assembleia Municipal em algumas intervenções que foram aqui feitas, desde logo com a Moção proposta pelo Deputado João Brito mas também em outras intervenções nomeadamente na intervenção do Deputado Nuno Rafael e do Deputado Rafael Costa. Há uma coisa que é importante que se diga. Antes de mais nada todos percebemos a razão

(Devido a falhas na ligação de Internet a finalização da intervenção não foi audível)

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de tudo quero solidarizar-me todas as pessoas infetadas com a doença Covid e com as famílias enlutadas e com todas as pessoas que trabalham no combate da pandemia. Registrando o decréscimo de casos ativos nos últimos tempos ...”

(Devido a falhas na ligação de Internet a finalização da intervenção não foi audível)

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que foram colocadas nas diversas intervenções.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero associar-me ao Voto de Agradecimento ao Dr. António Simões Saraiva mas deixem-me acrescentar o seguinte: Eu tinha uma grande amizade com o Dr. Saraiva. É uma pessoa com quem eu privei e foi uma pessoa ímpar no Concelho.

Deixem-me também dizer: No último mandato os Deputados do PSD levantaram alguns problemas em relação à Presidência do Dr. António Simões Saraiva na Fundação Cabral Metello e queriam que eu o corresse como se corre um cão. O Dr. António Simões Saraiva não merecia isso. Eu disse que

enquanto eu fosse Presidente da Câmara o Dr. António Simões Saraiva sairia pelo seu pé. E é bom termos memória porque quando morremos passamos todos a ser bons, mas alguns nessa altura esqueceram-se de o defender. Fui eu que disse numa Assembleia Municipal que o Dr. Saraiva tinha servido o PSD e que o tinha servido bem e, por isso achava que era uma grande injustiça.

Passo agora a dar a resposta às questões colocadas. O Deputado Carlos Inácio falou em estratégia municipal. Este Executivo tem estratégia municipal que vai ser apresentada numa próxima Assembleia pela equipa que contratámos para fazer o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital. Nós tivemos sempre um Plano Estratégico o problema é que o Concelho de Oliveira do Hospital no seu passado nunca teve nada.

Nós temos um Plano Estratégico e sabemos bem o que queremos para Oliveira do Hospital e consubstanciamos-lo em documentos. Há outros que inventam os números e metem-nos numa folha A4 e querem fazer os números com a estratégia daqueles números mesmo que aqueles números sejam descontextualizados.

O atraso de Oliveira do Hospital herdámos-lo nós porque alguém manteve o atraso e que é hoje o mentor destes Senhores do PSD e do CDS.

E, por isso, a nossa luta é para não deixar o Concelho para trás porque este Executivo teve estratégia. Cá estaremos para dizer quem é que tem estratégia.

Sobre o IC6 dizer o seguinte: Sei que o IC6 é uma obra importante e o PSD e o CDS não querem que a obra do IC6 avance porque isso será uma derrota para eles, como todos sabem. Para conquistarmos as coisas precisamos de sofrer e não podemos desistir e eles nem desistiram porque não começaram a trabalhar. Quando o IC6 chegou a Tábua não houve nenhum trabalho do PSD porque ficavam aqui enclausurados e não criavam relações com os diferentes Governos.

Realmente há uma diferença entre nós neste poder autárquico. Nós sabemos o que é que o PSD fez quando esteve no Governo. O que é que o PSD fez, o que é que conseguiu? Não fez nada. Mas nós temos memória e nós sabemos e vamos continuar a dizer que o PSD travou o desenvolvimento do Concelho. O Concelho podia estar muito mais à frente, como estão outros Concelhos, e agora lutamos contra o tempo para recuperar os investimentos perdidos nesses anos.

O povo sabe que temos estratégia e já deu a resposta por três vezes. Alguns que nos fazem críticas deviam ter vergonha na cara pelos resultados

miseráveis que tiveram nas eleições, e não foram os candidatos, foi quem estava nas direcções desses partidos é que deveria assumir essas responsabilidades.

E digo mais, o Governo PSD e CDS só tinham uma estratégia para Oliveira do Hospital, e deve ser essa estratégia que o Deputado Nuno Rafael fala, e que era colocar na Quinta da Costa um eucaliptal para uma fábrica de celulose, com a aprovação da Sra. Ministra da Agricultura que era do CDS. Com o meu combate não está lá o eucaliptal que estava devidamente autorizado pelo Ministério da Agricultura. Essa é que era a estratégia que queriam para o nosso Concelho.

Mas essa estratégia nós não a queremos. Nós não vendemos o nosso Concelho aos interesses sejam de que Governo for, nem que seja do PS ou do PSD. Nós não nos vendemos porque os interesses de Oliveira do Hospital estão acima desses interesses.

Digo ainda o seguinte: Um dia vai-vos custar a engolir porque vão ter o IC6 e têm que dizer que foi o Partido Socialista que o conquistou, e que foram os Governos do Partido Socialista que o trouxeram até Oliveira do Hospital, e que foi o José Carlos Alexandrino e que foi este Executivo. Isso vai-vos custar muito a engolir e, por isso, o PSD e o CDS não querem nenhum IC6. O que querem é que não se faça porque o que está em jogo não é a promessa do Presidente da Câmara e do Governo e não querem mostrar as fragilidades porque os Governos deles nunca foram capazes de fazer o IC6. Eles desistiram de lutar pelo Concelho há muito tempo porque era mais fácil ficar enclausurado num castelo porque dá trabalho estar nas reuniões e andar na estrada muitos quilómetros.

Tenho moral para falar assim porque sei o que me tem doído esta luta e sei o que sofri com este Executivo e com o PS para chegarmos a isto.

Agradeço a dois Ministros: Agradeço à Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, que foi uma pessoa nuclear e agradeço ao Sr. Ministro das Infraestruturas de Portugal, Dr. Pedro Nuno, que fez mais do que o anterior Ministro, Dr. Pedro Marques.

Também tenho que agradecer a uma pessoa que foi decisiva nisto e que devemos valorizar pelos contactos que faz, é a Eng.^a Dulce Pássaro.

Digo-vos ainda que o problema não está nos trinta e nove milhões de euros porque essa verba já estava no PRR, o problema é que eram precisos dois milhões de euros e era preciso uma Portaria do Ministério das Finanças para que as Infraestruturas de Portugal pudessem lançar a obra. Um dia contar-se-á a

história de como é que esses dois milhões de euros foram conseguidos. Foram conseguidos devido a relações que tenho nos Ministérios em Lisboa e por um Secretário de Estado que é natural de Santa Comba Dão, porque havia intensão mas não havia dinheiro para lançar esse projecto.

Depois gostaria de agradecer a todos os elementos do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital pela forma como está a decorrer a vacinação. Queremos agradecer à Sra. Delegada de Saúde e a todos os profissionais, desde Médicos, Enfermeiros e Administrativos.

A Câmara Municipal através do Gabinete de Gestão do Covid-19 e do Vereador, Prof. Nuno Ribeiro, porque foi ele que articulou todo o trabalho para montar a estrutura e para sermos parceiros. A Câmara Municipal também não fez mais do que a sua obrigação.

Brevemente, como Presidente da Comunidade Intermunicipal, entregarei ao Centro de Saúde uma Unidade Móvel para ajudar o Centro de Saúde a chegar à casa das pessoas. Isto é também uma boa notícia.

Nós temos feito aquilo que é possível dentro das nossas disponibilidades, numa colaboração com o Centro de Saúde, percebendo que às vezes não se consegue tudo mas tentámos.

Como todos sabem, nós tínhamos a intenção de criar quatro Centros de Vacinação mas isso não foi possível.

Quero agradecer ao Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital a cedência das instalações.

Estamos a trabalhar todos em conjunto e as coisas têm corrido bem.

Relativamente ao ponto da situação da pandemia Covid-19, deixem-me dizer-vos isto: Nunca me senti culpado por termos muitos números de infetados como também não me sinto agora com nenhum mérito por ter-mos poucos casos de Covid-19. Esse mérito é das pessoas que tomaram outra consciência.

Quando tínhamos muitos casos eu não me sentia culpado mas, às vezes, na oposição havia quem me quisesse responsabilizar por esse resultado, como se eu fosse Governo ou determinasse confinamentos, ou tivesse capacidade para mandar fazer testes. Exceto aqueles que nós podíamos mandar fazer na Fundação Aurélio Amaro Dinis, à custa da Câmara, e foram centenas deles, para tentarmos atalhar determinadas cadeias de transmissão.

Neste momento temos dezassete casos ativos e já não temos óbitos há bastante tempo. Desde segunda-feira até quinta-feira, não tivemos nenhum caso de infecção com Covid-19.

O Prof. Dr. Carlos Antunes, que é natural da Bobadela, e que é Professor da Faculdade em Lisboa, como sabem, faz parte e acompanhou o Governo e aparece muito nos programas televisivos, e tem-nos dado uma colaboração enorme. Acaba de me mandar um *mail* que passo a ler: “*Situação de Covid-19 em Oliveira do Hospital. Situação controlada e sem propagação comunitária. Apenas casos isolados e com uma média de um caso por dia nos últimos dias. Contabilizam-se apenas 21 casos nos últimos catorze dias, o que corresponde a uma incidência acumulada de catorze dias por cem mil habitantes de apenas cento e nove casos. Por isso, neste momento é um risco baixo de transmissão nos últimos sete dias, abaixo do nível amarelo, isto é, inferior a duzentos e quarenta casos.*”

Quero agradecer, em nome do Município de Oliveira do Hospital, ao Prof. Dr. Carlos Antunes, por toda a colaboração que tem feito connosco.

Como já disse, a vitória por baixarmos para estes números é de todas as pessoas. Acho que há esperança.

Quero dizer que ainda não fui vacinado. Faço parte da Proteção Civil, sou Presidente da Proteção Civil do Distrito de Coimbra, e aguardarei pela minha vez para ser vacinado.

Em termos do conjunto de obras realizadas não vou falar até porque a reunião já vai bastante longa.

Queria responder rapidamente a todas as questões colocadas. Dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Castanheira o seguinte: Relativamente à obra da estrada do Chão Sobral dizer-lhe que neste momento estamos a trabalhar o projecto desta estrada que é uma reivindicação desta população e que nós consideramos que ela ainda deve ser realizada e lançada este ano.

Neste momento as Infraestruturas estão a fazer uma intervenção na Ponte das Três Entradas e já fizemos um projecto para fazer ligações para a margem esquerda para fazermos essas obras de água e saneamento por isso, brevemente também estaremos aí.

Depois, sobre a Feira do Queijo dar aqui a seguinte informação. Penso que foi o Francisco Garcia que falou aqui na Feira do Queijo: Oliveira do Hospital vai fazer a Feira do Queijo no dia 13 e 14 de março. Vai ser uma Feira *on-line* e não é uma feira presencial. Vamos ter alguns produtores em estúdio num programa de televisão. Vamos ter uma plataforma de vendas. Vamos fazer uma grande feira com várias temáticas, com *Workshops* sobre culinária com Chefes de Cozinha conhecidos. Vamos ter um conjunto de atividades. Estamos

agora a fazer um filme com o Manuel de Melo que se disponibilizou para participar no filme promocional desta feira. Como temos a maior Feira do Queijo da Região Centro nós iremos continuar a fazer esta feira.

Alguns acham, e deixem-me também dizer isto com piada e com vontade de rir: Porque um líder do CDS falou duas vezes em Oliveira do Hospital estes jovens acham que ele já fez mais por Oliveira do Hospital e que ficou mais conhecido por ter falado duas vezes. Realmente essa é a vossa estratégia e é o que vêm, e também percebo isso. Às vezes, vão quatro ou cinco no sentido contrário e vêm todos os outros de frente e eles acham que são eles que vão bem. Por isso, deixem-nos andar.

Por isso, quero dizer que vamos estar mais uma vez na televisão, porque nunca houve programas de televisão sobre o Concelho no passado.

Nós conseguimos criar a marca Oliveira do Hospital muito ligada à Feira do Queijo e, por isso, vamos estar outra vez mais cinco horas num programa da televisão. Vai estar o Camião do Bem em Oliveira do Hospital e vão também fazer filmagens em algumas Freguesias.

Por isso, estamos a continuar a trabalhar a marca Oliveira do Hospital. Também temos que o dizer, fomos os primeiros e foi o meu Executivo que pela primeira vez agarrou na marca Oliveira do Hospital e associou-a a um produto de excelência que é o nosso Queijo da Serra da Estrela. Passámos a vender Oliveira do Hospital, e ninguém o consegue negar, porque poderíamos recordar as feiras que eles faziam.

É doloroso quando são as próprias pessoas de Oliveira com motivações políticas, e dizem que são pessoas sérias, que põem o nosso Concelho como um Concelho miserabilista quando não é. E viu-se agora no tecido empresarial com a atribuição dos prémios PME Líder. Isso é também mérito da Câmara Municipal e é mérito dos empresários. No Distrito de Coimbra o Concelho de Oliveira do Hospital ficou em quarto lugar mas querem-nos empurrar sempre para o fundo. A conquista destes resultados é mérito das pessoas de Oliveira do Hospital.

Hoje, Oliveira do Hospital é conhecida e não ouvi mais trocarem o nome de Oliveira do Hospital por Oliveira de Azeméis e Oliveira do Bairro e é bom que as pessoas percebam isso.

O Deputado João Ramallete falou sobre o Programa de Apoio ao Comércio Local e gostava que fosse o Vereador, Dr. José Francisco Rolo, a falar sobre isso.

No Dia de Natal tivemos o filme que o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, falou sobre a Igreja Moçárabe de Lourosa. Decorrem ainda no adro da Igreja Moçárabe de Lourosa umas obras que nem sempre têm corrido bem mas continuamos a fazer um grande trabalho e a promover aquilo que é nosso.

Relativamente ao fecho das lojas eu não tenho poderes para fazer desconfinamento no País. As lojas estão fechadas em Oliveira do Hospital, como também estão fechadas em Lisboa, e estão a cumprir as regras que o Governo determinou.

A Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira, falou em alguns alcatroamentos que estão a ser realizados na Freguesia de Lagares da Beira.

A Câmara Municipal ainda vai lançar alguns alcatroamentos no próximo mês. Durante o próximo mês de março haverá um conjunto de alcatroamentos, estamos a negociar com as Freguesias um pacote que andarà à volta dos quatrocentos mil euros, e faremos também a marcação das estradas.

Estamos a lançar isto em dois procedimentos, como eu disse, este procedimento tem como critério as estradas com maior movimento e depois as estradas que têm nevoeiros porque os traços no meio da estrada são fundamentais para as pessoas se deslocarem sobretudo na zona do Vale do Alva onde há muitos nevoeiros. Vamos fazer estas obras por fases.

O Eng.º Rafael perguntou-me sobre os computadores e eu quero dizer que está aí o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas que poderá dar essa informação.

Dizer também que temos três candidaturas num programa cultural em rede. Temos financiamento de cerca de trezentos mil euros. É um programa financiado a 100 % pelos Fundos Comunitários e temos como parceiros Cantanhede, Mortágua, Arganil e Góis.

Também no apoio às aulas *on-line*, a quantidade de computadores foram os que o Agrupamento de Escolas indicou como necessários, mais cartões de internet e mais dezasseis computadores que devido à sua urgência e quantidade pedida não foi possível comprar em Oliveira do Hospital. Em menos de três dias conseguimos esses computadores para dar aos alunos. Em termos globais foram já distribuídos 50 computadores e 80 cartões para a internet.

Em relação ao desdobramento dos transportes, não é uma coisa fácil. É verdade que nós procuramos responder mas a pandemia trouxe-nos alguns desafios diferentes e não é fácil fazer esse desdobramento. Dentro das

possibilidades temos ativado alguns transportes mas ainda não é uma resposta clara enquanto isto não estiver muito bem definido.

Também quero dizer que não encontramos soluções para tudo. Aqueles que encontram solução para tudo já estão todos no céu.

Sobre as isenções das taxas quero aqui agradecer ao Vereador do PSD, Eng.º João Paulo porque tem colaborado com a Câmara Municipal, colocando a política partidária de parte, tem votado favoravelmente, tem votado como entende, percebendo que atravessamos um período difícil e tem sido parte da solução e tem ...”

(Devido a falhas na ligação de Internet a finalização da intervenção não foi audível)

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Programa de Apoio ao Comércio Local, que tem a designação de PACL: Em consequência da pandemia foram tomadas medidas restritivas que levaram ao confinamento e também arrastou para o encerramento do comércio com a redução de vendas e naturalmente a ausência de receitas por parte do Comércio Local.

Através dos serviços do Município e da ADI fomos acompanhando a situação do comércio e as suas dificuldades e por decisão do Executivo em Permanência apresentámos um Programa para injectar recursos financeiros no Comércio Local que está a passar verdadeiramente por dificuldades. Parte do ano de 2020 com uma forte redução de clientes e sobretudo neste terceiro período de confinamento depois de uma altura no Natal em que houve alguma procura e algumas receitas mas verificámos que tínhamos que tomar medidas.

Aprovámos um Programa Municipal com a dotação de duzentos e cinquenta mil euros. Esta dotação está repartida em duas fases de candidatura, uma que se iniciou no dia 15 de fevereiro e vai até 30 de junho, com uma dotação de cento e cinquenta mil euros e a segunda fase, no hiato de 1 de julho a 31 de dezembro, com cem mil euros.

Dizer que as candidaturas são analisadas por uma Comissão de Avaliação Técnica que é composta por Técnicos do Município e da ADI.

Dizer também que a Agência de Promoção do Comércio Local tem ajudado a preparar e a instruir as candidaturas dos vários empresários do comércio.

Importa transmitir a esta Assembleia que o ponto de situação relativo ao Programa Municipal de Apoio ao Comércio Local traduz-se no seguinte: Entraram até hoje 31 candidaturas de várias Freguesias do Concelho. Das candidaturas analisadas e validadas pela Comissão de Avaliação Técnica estão 25 candidaturas prontas para apreciação. Na próxima reunião de Câmara Municipal serão agendados a atribuição dos primeiros apoios a 25 empresas.

Dizer que o Programa é muito simples e o acesso é simplificado.

Dizer também que o Programa foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara Municipal.

Estamos atentos, preocupados e disponíveis porque felizmente estamos num Município que tem boa saúde financeira que permite injectar meios financeiros num sector que está visivelmente debilitado e que precisa do apoio financeiro, da solidariedade mas, acima de tudo, do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Está terminado o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos agora passar para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de aproveitar este Ponto da Ordem do Dia porque nem sempre no Período de Antes da Ordem do Dia temos tempo para destacar tudo aquilo que consideramos relevante na actividade do Município.

Vou dar umas notas muito breves de áreas de atuação da Câmara Municipal que muitas vezes não são o foco da nossa intervenção.

Queria dar os parabéns à Vereadora Graça Silva porque vai Presidir à Assembleia Geral da Associação Portugal Romano. Naturalmente que é uma eleição que orgulha o Município e que orgulha os Oliveirenses.

Gostaria também de dar os parabéns, na pessoa do Vereador do Desporto Nuno Ribeiro, por termos sido galardoados como Município Amigo do Desporto.

Gostaria de deixar estas notas porque a cultura e o desporto são setores essenciais da comunidade e não gostaria de deixar passar esta Assembleia sem o referir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“(O início desta intervenção não está audível devido a falhas na ligação de Internet)

Deixaria aqui uma nota: Quando entrámos na Câmara Municipal tínhamos dezanove empréstimos e hoje temos quatro. Um desses empréstimos foi contraído no último mandato do último Presidente e, como sabem, foi um empréstimo de cinco milhões de euros. Neste momento a Câmara Municipal deve um milhão, novecentos e oitenta e sete mil euros, o que quer dizer que já amortizámos três milhões de euros, e no outro empréstimo também já amortizámos quinhentos mil euros.

A situação financeira da Câmara Municipal está altamente equilibrada.

Quero dizer ainda que fechámos quinze empréstimos que vinham do passado e nós fomos pagando. Foi isso que encontrámos e foi isso que pagámos.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à construção de um Polidesportivo em Nogueirinha, no montante total de 60.000,00 € (sessenta mil euros), sendo que 10.000,00 € (dez mil euros) serão pagos até ao final do ano de 2020 e 50.000,00 € (cinquenta mil euros) no ano de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Um subsídio a uma Junta de Freguesia com esta monta e nesta fase não é uma coisa que eu gostava.

Queria pedir ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, para explicar porque é que isto está a ser feito agora. Peço ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que dê algumas explicações sobre isto até porque era importante para os outros Presidentes de Junta perceberem.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Não ouvi a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal mas de certeza que não deve fugir muito da explicação que vou dar.

Este subsídio é para uma obra que já é reivindicada há já vários anos, e todos os Membros da Assembleia Municipal sabem. É um compromisso que temos com o povo de Nogueirinha em construir um Polidesportivo e um espaço Multiusos para fazer também outras actividades visto que não tem nenhum espaço para esse efeito. Esta é uma pretensão de há muitos anos e por um ou outro motivo não foi possível concretizar. Primeiro era porque não tínhamos terreno. Depois tínhamos terreno mas não tínhamos a aprovação do ICNF. Depois e entretanto veio a catástrofe dos incêndios e nós entendemos que em primeiro lugar estava o acudir às pessoas e resolver os problemas que as pessoas tinham devido aos incêndios, nomeadamente dar habitação para todos, dar alimentação e vestuário, estava em primeiro lugar.

Penso que agora, finalmente, estão reunidas as condições.

Quero agradecer ao Município, na pessoa do Sr. Presidente, por nos ajudar a concretizar este sonho que já é de há muitos anos e Nogueirinha bem merece.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“No documento temos aqui que o apoio era de sessenta mil euros, sendo que dez mil euros eram pagos até ao final do ano de 2020 e os restantes cinquenta mil euros eram no ano de 2021.

Isto foi uma proposta que foi a reunião de Câmara Municipal no dia 27 de novembro de 2020.

Portanto, gostava de saber se realmente os dez mil euros já foram dados, e se já foram dados já devia ter sido rectificado este documento, se ainda não foram dados ainda estão os sessenta mil euros na Câmara, devia ter sido rectificada esta proposta e devia ir novamente este ano a reunião de Câmara esta situação para passarem a ser dados os sessenta mil euros no ano de 2021.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar aqui a seguinte explicação, e eu quis que o Sr. Presidente da Junta de Meruge explicasse isso.

Percebo que neste momento um investimento destes as pessoas podem pensar porque é que não foi para a minha Junta de Freguesia. Também sejamos honestos, e isso é um raciocínio que cada um faz, e, por isso, quero dizer que a atribuição deste subsídio tem a ver com aquilo que disse o Sr. Presidente de Junta. Era um compromisso político do primeiro mandato que, por várias razões, veio a ser adiado.

E é verdade que aquando dos incêndios estava para ser lançado e derivado a termos que fazer outras opções, como disse o Sr. Presidente da Junta, deixámo-lo ficar para trás.

Quero agradecer à Junta de Freguesia de Meruge que teve essa disponibilidade. Agora era a hora de eu não me ir embora sem cumprir um compromisso que tinha com o povo de Meruge e com o povo de Nogueirinha.

Isto foi um compromisso e eu gosto de honrar os meus compromissos. Isto já era para estar feito no mandato anterior.

O Sr. Presidente da Junta acreditou sempre e sinto-me honrado por cumprir este compromisso.

Dar ainda outra nota: A Junta de Freguesia vai investir dinheiro do seu Orçamento nesta obra e não é só a Câmara Municipal que paga. Esta obra também é comparticipada pela Junta de Freguesia.

Dizer ainda o seguinte: O Deputado João Brito pensa que eu iria fazer aquele disparate que ele estava a dizer. Já uma vez fui aqui acusado que estava a ratificar um documento das Juntas de Freguesia.

Deputado João Brito, o que aconteceu foi o seguinte: Isto estava preparado para a possibilidade de vir à Assembleia Municipal de dezembro, só que a obra não começou. Como a obra não começou não houve necessidade de vir porque não havia nenhum pagamento para fazer porque o pagamento só pode ser feito com as faturas e, por isso, não há nada para retificar. Até este momento ainda não foi pago nenhum tostão referente a esta obra porque não poderia ter sido pago sem a aprovação da Assembleia Municipal. Que isto fique claro!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que a pergunta não deve ter tido nenhuma conotação e, como é óbvio, o Sr. Deputado João Brito sabe que o Sr. Presidente não ia fazer pagamentos sem a devida aprovação. Não era ao fim de todo este tempo que iria fazer uma coisa dessas.

Entendi que o Deputado João Brito só pretendeu fazer uma clarificação pensando que pudesse haver alguma incongruência. Acho que não lhe passou pela cabeça que tivesse havido pagamentos porque isso revela desconhecimento das regras.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à construção de um Polidesportivo em Nogueirinha, no montante total de 60.000,00 € (sessenta mil euros), sendo que 10.000,00 € (dez mil euros) serão pagos até ao final do ano de 2020 e 50.000,00 € (cinquenta mil euros) no ano de 2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso n.º 20226/2019 - “3.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 2” do Fundo Ambiental.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto III é referente a uma candidatura para a aquisição de dois veículos eléctricos em regime de contrato de locação financeira por um período de quarenta e oito meses. Nesses quarenta e oito meses o apoio concedido vai ser de 40 %, até ao máximo para cada carro de duzentos e cinquenta euros.

Como é um contrato a quatro anos, e como é uma despesa plurianual, é preciso a aprovação da Assembleia Municipal para adquirimos dois carros eléctricos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo

22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito da aprovação da candidatura ao Aviso n.º 20226/2019 - “3.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 2” do Fundo Ambiental, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Mercado Municipal de Oliveira do Hospital - Isenção de Tarifas até 31 de dezembro de 2020.

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Isenção de taxas – Publicidade até 31 de dezembro de 2020.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto IV, gostava de saber quais são as tarifas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Ponto IV é referente às tarifas das bancas do Mercado Municipal, ou seja, é o que as pessoas pagam como renda mensal das bancas e das lojas.

Esta proposta foi a reunião de Câmara no dia 8 de janeiro e tem efeitos retroactivos. Também traremos numa próxima Sessão da Assembleia Municipal a proposta para a isenção no ano de 2021.

Há uma deliberação que não veio à Assembleia Municipal, e não sei o porquê. Nós também estamos a isentar os feirantes.

Não percebo porque é que estas isenções vêm à Assembleia Municipal e porque é que a isenção para os feirantes não veio, mas vou saber.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Realmente estes dois Pontos IV e V estão interligados e quero realçar e dar os parabéns ao Executivo pela iniciativa que teve em isentar as bancas do Mercado Municipal bem como a publicidade porque as lojas exteriores estão praticamente todas fechadas e devido ao confinamento praticamente não vai ninguém ao Mercado. Portanto é justo que esta isenção aconteça para o ano de 2020. O Sr. Presidente também falou que iria isentar o ano de 2021, o que eu acho correto e justo.

Quanto ao Ponto V, referente à isenção das taxas de publicidade, concordo plenamente porque a maior parte do comércio está fechado.

Queria salientar que o Executivo tomou uma medida correta e que eu apoio na sua totalidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é só para reforçar a ideia do meu colega João Esteves. Congratular esta proposta e dizer que votamos, como é óbvio, a favor estes apoios.

Propusemos medidas de apoio ao Comércio Local em sede de Assembleias Municipais anteriores e, portanto, registamos como positivas.

Já agora, e na sequência da explicação que já aqui foi dada pelo Vereador Francisco Rolo, acerca do Programa de Apoio ao Comércio Local, gostaríamos de saber da possibilidade de incluir em futuras isenções o pagamento da taxa de resíduos durante os meses em que o Comércio Local vai estar fechado.

Referir ainda que deveríamos começar a pensar e a fornecer ferramentas necessárias aos comerciantes locais no sentido de se adaptarem às vendas *on-line*. Como sabemos, e se dúvidas ainda houvesse, o comércio *on-line* veio para ficar. Portanto, achávamos razoável que medidas neste sentido pudessem vir a ser implementadas futuramente.

E aqui ficam mais estas duas propostas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre o Ponto IV e V também queria dizer alguma coisa.

Há pouco o Deputado Nuno Rafael e o Deputado Rafael Costa falaram sobre o comércio de Oliveira do Hospital e da tristeza que é ver as ruas desertas.

Fico com a ideia, que na opinião do Deputado Nuno Rafael, que o comércio deve estar aberto. Isso é o que defende o partido a que ele pertence e entendo que deve ser essa a razão dessa questão. Já no caso do Deputado Rafael Costa, sei que efectivamente não é assim. E falo no Deputado Rafael Costa pelo seguinte: Há pouco quando se falou aqui nas PME, eu vou dizer uma coisa. Há empresas que efectivamente perderam este ano o PME Líder e é com bastante pena, e falo a título pessoal.

Tenho uma empresa da qual sou administrador. Tenho três sectores: Tenho uma vertente em que fabrico, tenho uma em que comercializo para outras empresas e tenho outra em que comercializo directamente ao público.

Desde o dia 15 de janeiro que a loja está efectivamente encerrada. Até hoje as vendas são zeros. Podia dizer que tenho mercadoria de milhares de euros em stock. Vejo este problema realmente com bastante apreensão.

As vendas *on-line* que o Deputado Rafael Costa agora frisou, e bem, já cá estavam e vão continuar. Vieram para ficar cada vez mais. E o comércio também tem que se reinventar.

Claro que nunca podemos concorrer com marcas que são líderes no mercado a nível mundial porque a única coisa que conseguimos fazer é uns diretos através da internet e possibilitar algumas vendas. É uma maneira que se arranjou para se poder escoar alguns stocks. Claro que não está a resultar aquilo que nós pretendemos porque o nosso tipo de cliente gosta de ver a peça fisicamente, gosta de sentir o toque da lã, o toque da malha, o toque da fazenda.

Eu falo, por exemplo, na empresa que represento. Tenho um produto com uma qualidade média alta, não trabalho com produtos da ásia, só trabalho com produtos nacionais e alguns estrangeiros.

Quando estou a fazer os diretos, alguns clientes têm dificuldade em aderir, especialmente se for uma clientela mais idosa, e que é aquela que hoje está destinada ao Comércio Local de Oliveira do Hospital.

O apoio que a Câmara Municipal deu no Sorteio do Natal foi realmente importante.

Como sabem, somos uma empresa com quarenta e sete anos de existência que estamos a ter problemas neste momento, apesar de até estar a começar a haver trabalho na parte industrial, só que neste momento há falta de pessoal. Uma linha que está programada para trabalhar com sessenta pessoas, se faltarem dez, essa linha quebra logo. No mês de janeiro e fevereiro não conseguimos realizar dinheiro na parte industrial para pagar aos nossos colaboradores e somos uma empresa que temos cumprido sempre até agora com

os trabalhadores, com o fisco, com a Segurança Social. Felizmente somos uma casa de contas em dia mas vivo com alguma apreensão e tenho noção que antes da Páscoa o comércio não vai reabrir.

Comungo com a ideia do Deputado Rafael Costa, as empresas locais que vivem do retalho têm que se adaptar aos novos métodos, mas não é a mesma coisa quando temos o cliente presente.

Estou solidário com a isenção das taxas de publicidade. Penso que na parte do saneamento e águas já será mais difícil porque em algumas empresas os funcionários estão dentro das instalações.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero esclarecer que houve umas pessoas que se lembraram que a questão da isenção de tarifas para o mercado e para a feira já tinham vindo aqui à Assembleia Municipal.

Já tenho aqui um documento e realmente na Sessão da Assembleia Municipal de junho nós aprovámos as isenções de tarifas, quer para o Mercado Municipal, quer para a Feira.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Mercado Municipal de Oliveira do Hospital - Isenção de Tarifas até 31 de dezembro de 2020, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, da proposta de medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19: Isenção de taxas – Publicidade até 31 de dezembro de 2020, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até 750.000,00 €.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que este empréstimo é uma conta caucionada. É um empréstimo a curto prazo.

Este empréstimo é para o seguinte: Vamos ter muitos investimentos financiados com o Quadro Comunitário, como, por exemplo, o Campus Educativo, a Zona Histórica. Há uma série de obras que têm um volume financeiro muito grande e para nós recebermos as participações financeiras temos que pagar primeiro.

Este empréstimo em 31 de dezembro tem que estar pago na totalidade.

Derivado ao grande volume de obras este empréstimo só é feito por uma questão de segurança.

Deixem-me também dar-vos a seguinte nota: Percebe-se com as condições dadas pelos vários bancos que demonstram claramente a boa situação financeira da Câmara Municipal, e digo isto com orgulho.

A Câmara Municipal tem aqui propostas de vários bancos muito boas para este empréstimo por uma razão simples: Esta proposta demonstra que temos feito uma gestão financeira de rigor e criteriosa na Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até 750.000,00 €, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta de empréstimo foi disputada por sete bancos e o *spread* é de 0,13 % e está isento de comissões.

As contas caucionadas normalmente têm comissões altas.”

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar aqui uma informação. Nós temos neste momento, derivado às exigências na saúde animal, temos uma Prestação de Serviços de um Enfermeiro Veterinário. Por isso, vamos abrir um lugar de Técnico Superior.

Depois destes três lugares de Assistente Operacional é nossa intenção criarmos duas equipas de Sapadores Florestais por causa das limpezas, sobretudo das bermas. Estes três lugares não são suficientes mas também já temos POC's que vão fazer este trabalho. Uma das coisas que às vezes vão estragando as estradas são as águas que as atravessam e é preciso fazer esse trabalho. Teremos que dotar estas equipas de Sapadores Florestais de meios para fazerem esse trabalho de limpeza nas bermas permanentemente.

Estas equipas de Sapadores Florestais serão coordenadas pelo Eng.º José Carlos Marques.

Temos também aqui a criação de dois lugares de Auxiliar de Serviços Gerais. Temos muita gente neste momento que faz POC's mas não é possível a Câmara Municipal abrigar toda a gente. Podemos dar-lhes aqui ajuda enquanto o mercado não melhora. É uma política que tem sido seguida pela Câmara Municipal e as pessoas sentem-se úteis.

Precisamos também de lançar alguns concursos para Auxiliares de Ação Educativa mas para já lançávamos o concurso de Auxiliar de Serviços Gerais porque neste momento é fundamental dotarmos a Câmara com estes meios.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero fazer um reparo relacionado com as bermas: Naquela zona da Coitena que vai até ao Pinheiro dos Abraços, andava um trator com um braço a limpar as bermas. O trator andava sozinho e não trazia pessoal a auxiliar e fica sempre muito material dentro das bermas que não é limpo. Isto é só um reparo para que possa ser fiscalizado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta ideia de criarmos duas equipas de Sapadores, e vamos abrir para já três lugares e há depois alguns que vamos reverter para Sapadores.

Cada uma das equipas terá cinco elementos que poderão fazer esse trabalho que o Deputado João Esteves acabou de dizer.

O Eng.º José Carlos Marques pode intervir para falar sobre a função destas equipas de Sapadores.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Efetivamente a criação das Equipas de Sapadores Florestais tem sido uma luta já de algum tempo. Até por uma questão de imagem do Concelho seria importante a constituição de duas Equipas de Sapadores Florestais porque também comungo daquilo que o Deputado João Esteves acabou de referir. Convém andar sempre uma equipa junto dos tractores que limpam as bermas.

O facto desse trator especificamente ter andado na zona entre Oliveira e o Pinheiro dos Abraços foi porque estava transitoriamente por aqui e efectivamente não tinha apoio.

A ideia da constituição destas Equipas de Sapadores Florestais é para serem autónomas com viatura própria e acompanharem os três tractores que temos habitualmente a fazer esses trabalhos de silvicultura preventiva na execução das faixas de gestão de combustível.

Enalteço o esforço do Município, e do Sr. Presidente em particular, pelo facto de percebermos que efectivamente esta é uma mais-valia. A constituição destas equipas permite que durante todo o ano tenhamos recursos humanos para fazer estas tarefas de limpeza nas redes viárias das Freguesias e vão certamente auxiliar os Srs. Presidentes de Junta.

Congratular a abertura deste concurso. Não vai ser suficiente mas certamente já vai colmatar uma lacuna que nós sentimos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril, da proposta de Aplicação do Saldo de Gerência de 2020 - Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa, 1.ª Revisão ao Orçamento para o Ano de 2021 e 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, é preciso a aprovação para a aplicação do Saldo de Gerência e precisamos de fazer a Revisão ao Orçamento para distribuir esse Saldo de Gerência do ano anterior.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ver os documentos e concordo plenamente com a proposta que é feita porque resulta da própria Lei que o Saldo de Gerência do ano anterior ser incorporado nas contas do ano seguinte.

Outra coisa que queria salientar, e acho que é a primeira vez que veio à Assembleia, e queria congratular por isso porque assim temos uma noção mais correta daquilo que foi aplicado do ano de 2020, foi a Execução Anual do Plano tanto de Investimentos como das GOP e do Orçamento da Receita.

Fiquei devidamente esclarecido. Achei que esta situação foi correta e qualquer Membro da Assembleia Municipal fica com a noção exata da Execução Orçamental do ano de 2020 e de todas as verbas que foram realizadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero referir o seguinte: Não pedi à minha Coordenadora da Contabilidade para me explicar algumas coisas e até tinha aqui algumas dificuldades se hoje me fizessem perguntas sobre isto.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto VIII queria salientar o bom resultado das contas Camarárias de 2020 e a excelente distribuição que se fez desta verba para

2021 que influencia claramente a nossa potencial Execução Orçamental de 2021 e a Revisão das GOP. Mostra também, e é isso que queria realçar, que a Câmara Municipal, nestes últimos anos, e já vamos em mais de uma dezena, tem saúde financeira nas suas contas, coisa que em tempos idos não acontecia.

Depois resulta naquilo que o Sr. Presidente falou há pouco quando pedimos um empréstimo ou quando se vê qual é a credibilidade da Câmara Municipal. Isto acontece porque há uma gestão criteriosa a pensar no futuro de Oliveira do Hospital e dos seus Municípes.

Vamos votar favoravelmente esta proposta.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de obter dois esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal relacionados com a Modificação às Grandes Opções do Plano: Na página 3, na rubrica Saneamento e Salubridade - Aquisição de terrenos para estruturas de efluentes e/ou redes de saneamento - Substituição e ampliação das redes de esgotos e construção de ramais.

A minha pergunta é a seguinte: Com a passagem das águas para a empresa das águas ainda temos que ser nós a pagar estas despesas?

Depois, na página 7, na rubrica Modernização dos Serviços - Órgão Autárquicos - Material de transporte, temos um financiamento definido no ano corrente de cinco mil euros e modificado para cento e vinte mil euros.

Gostava que o Sr. Presidente me dissesse a que se refere isto? É aquisição de viaturas para a Câmara?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado João Brito, vou ser sincero, não lhe posso responder porque neste momento não sei. Não conheço todas as alíneas e todas as rubricas do Orçamento. Prometo pedir à minha Coordenadora da Área Financeira e posso informá-lo depois ou posso mandar a informação para a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, mas neste momento não tenho condições para o informar. Este documento tem muitas rubricas e, como já disse, nem tive muito tempo para fazer algumas perguntas à Coordenadora da Área Financeira para estar devidamente preparado.

Sobre a outra questão relacionada com a rubrica Saneamento e Salubridade, quero dizer-lhe que sim. Em princípio há um conjunto de obras

que vamos realizar, e já vamos perceber mais à frente quando falarmos sobre a empresa.

Estas obras serão todas da empresa mas depois faremos uma retificação orçamental. Temos um caso ou outro que ainda possa ser executado por nós mas são casos muito ligeiros de compromisso que estavam assumidos anteriormente mas as grandes obras serão da empresa das águas.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu queria perguntar o Sr. Presidente já respondeu. Pedia que me fizesse chegar essa justificação pelo facto de estarem inscritos esses valores na rubrica Modernização dos Serviços.

Agradecemos a justificação quanto aos valores inscritos para o saneamento quando agora esse serviço é da Empresa Municipal das Águas.

Justificar o voto de abstenção neste Ponto VIII, por parte da Coligação Construir o Futuro, por uma questão de coerência com a votação do Orçamento Municipal transato.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 6 de abril, da proposta de Aplicação do Saldo de Gerência de 2020 - Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa, 1.ª Revisão ao Orçamento para o Ano de 2021 e 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2021, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte declaração de voto:

“Houve aqui um reparo à minha intervenção e eu queria clarificar, obviamente.

Em 2017 aconteceu a Coligação Construir o Futuro com o CDS-PP e com O Movimento do Partido da Terra e o Partido Popular Monárquico. De facto era uma coligação de três partidos.

Agora, se já estão a pensar noutras coligações, sobre isso, não faço ideia, nem tenho interesse nisso!”

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para a Prestação de Serviços de Abastecimento Público de Água para Consumo Humano e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas entre os Municípios de Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia e a APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela - E.I.M., S.A.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dizer-vos que o Contrato de Gestão Delegada, que é um documento basilar para o funcionamento da empresa, regula a sua atividade e a relação entre os Municípios. O mesmo contrato foi assinado em 21 de outubro de 2020, e correspondeu na íntegra aos documentos que tinham sido aprovados nos Órgãos Municipais já em dezembro de 2019 e foi essa versão que tinha sido aqui votada que foi aprovada pela ERSAR e pelo Tribunal de Contas.

O POSEUR não aceitava a transição das candidaturas sem que fossem entregues dois documentos, o Contrato de Gestão Delegada assinado e o Orçamento da Empresa. Por esta razão o contrato tinha de ser assinado ainda durante o ano de 2020.

Tendo em conta que o Contrato de Gestão Delegada ao ser assinado provocava um vazio legal pois a atividade regulada que estava a ser exercida pelos Municípios, atendimento, faturação, operação de qualidade da água, passam automaticamente para a empresa, e não tendo esta capacidade de resposta para ser responsável por todas as operações necessárias foi preciso fazer uma adenda, que é o que está aqui em discussão.

Assim, a figura de adenda ao Contrato de Gestão Delegada foi a situação encontrada para salvaguardar e definir o período de transição que decorrerá até ao máximo de dezembro de 2021.

A adenda tem duas cláusulas que dizem o seguinte: “Cláusula 1ª - Cada um dos outorgantes acorda introduzir um período de transição ao estabelecido na Cláusula 8ª do Contrato de Gestão Delegada, com início em 21 de outubro de 2020, com a duração máxima estimada até 31 de dezembro de 2021, durante o qual os Municípios continuam a preparar, em conjunto, a transferência de responsabilidades da Entidade Gestora.

Cláusula 2ª - Durante o período de transição ora acordado vigora o Protocolo de Colaboração, com vista à operacionalização do Contrato de Gestão Delegada entre os Municípios e a Entidade Gestora.”

Isto quer dizer o seguinte: A empresa, neste ano de 2021, tem Protocolos de Colaboração com as Câmaras Municipais.

A empresa começou a funcionar no dia 1 de janeiro, ainda estamos em negociação com dois Sindicatos diferentes, o SINTAP e o STAL. E deliberámos que há transições de pessoal, sobretudo pessoal externo, que só passará durante este ano, é uma cedência de interesse público que há na Lei. Isso está a ser negociado.

Para não haver pressa, é preciso fazer este ano de transição para estas pessoas entrarem todas e saberem quais são as condições que têm na Empresa. Esta adenda é para garantir isso porque o Contrato de Gestão Delegada que existe tem previsto a entrada de todos os serviços no dia 1 de janeiro.

Já foi aprovado na reunião de Câmara um conjunto de documentos e a Câmara Municipal vai faturar à empresa as funções que os trabalhadores exercem e, por isso, este será um ano de transição.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para a Prestação de Serviços de Abastecimento Público de Água para Consumo Humano e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas entre os Municípios de Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia e a APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela - E.I.M., S.A, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais das Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais é um documento muito técnico.

É preciso dizer que a Assembleia Municipal de dezembro de 2019 aprovou neste Regulamento as alterações propostas pelo Tribunal de Contas e pela ERSAR, do estudo técnico, económico e financeiro para depois posterior remessa aos órgãos da tutela.

A 16 de janeiro de 2020 a ERSAR deu o parecer favorável à constituição das Águas Públicas da Serra da Estrela.

A obtenção do Visto Prévio de Tribunal de Contas foi a 3 de março de 2020.

A Escritura pública da constituição da empresa realizou-se a 31 de julho de 2020.

A assinatura do Contrato de Gestão Delegada e respetiva adenda em 21 de outubro de 2020.

A deliberação camarária de 15 de outubro de 2020 que aprovou o projeto de regulamento, promovendo posterior e conseqüentemente a publicitação, iniciando-se por conseguinte um período de consulta pública.

Nesse período de consulta pública, ocorrido entre 3 de novembro e 16 de dezembro de 2020, não existiu qualquer participação de interessados no aludido procedimento, apesar da grande publicidade que foi dada ao projeto em causa, através do Diário da República de 3 de novembro, por Edital e por publicitação efetuada na página da internet da Câmara Municipal, a qual assegurou de forma concreta e efetiva o direito de participação no procedimento em questão.

A Câmara Municipal na sua última reunião aprovou remeter este regulamento à Assembleia Municipal para que hoje se proceda à sua aprovação.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É definido por Lei o que deve ser o conteúdo destes regulamentos e, independentemente disso, depois, têm que ir a parecer da ERSAR. Digamos que é uma garantia de que o regulamento acautela os interesses dos cidadãos.

Como disse o Sr. Presidente, isto é um documento muito técnico e também não é de leitura fácil.

Acho que nos dá segurança a circunstância de ter tido os pareceres positivos correspondentes e considero que é de aprovar mas isso fica ao critério dos Srs. Deputados.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ler este regulamento e realmente isto é muito técnico. Há aqui determinados artigos que não percebi nada. No entanto, acho que é um regulamento que está bem realizado. Há alguns artigos referentes às contraordenações e a toda a tramitação dos pagamentos.

Acho que o regulamento está bem elaborado e vou votar a favor.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar duas notas muito rápidas: Em primeiro lugar, quero dar os parabéns às pessoas que estiveram envolvidas na realização deste regulamento.

Por outro lado, quero realçar esta nova fase das Águas Públicas da Serra da Estrela e o contributo que vêm ter para o desenvolvimento destes três Municípios, em termos de aplicação dos Fundos Europeus e das grandes obras previstas na área dos três Municípios.

Naturalmente que a congratulação é maior no Município de Oliveira do Hospital e no conjunto de intervenções apazadas e que muito vão ajudar no desenvolvimento e numa nova fase da vida das pessoas que carecem de três aspetos: As ETAR, as águas de consumo público e as águas residuais.

Acho que estamos no caminho certo e com a certeza que todos nós vamos aprovar este documento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar a seguinte nota: A primeira obra lançada pela empresa Águas Públicas da Serra da Estrela é uma obra na Freguesia de Travanca de Lagos que é um saneamento.

Temos uma estação elevatória na Reta da Salinha que está adjudicada e que ainda não está feita e, por isso aquela área que tem saneamento ainda não está ligada.

Há um conjunto de obras, sobretudo na área do saneamento, em Nogueira do Cravo, ali onde é o Lar do Senhor das Almas, Adarnela e, por isso, já será a empresa a lançar estas obras todas.

O Eng.º Fernando Vicente que era para ir para esta parte do Planeamento lançar estas obras mas estamos com algumas dificuldades porque ele tem muito que fazer aqui na Câmara Municipal.

Acabámos de fazer uma candidatura para o Avelar na Freguesia de Aldeia das Dez, e ainda nem tinha dito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para resolver os problemas de abastecimento de água.

Há um conjunto de obras que nós vamos lançar e que temos que lançar o mais rapidamente possível, não temos é hoje uma grande estrutura porque tem havido alguns cuidados e aquilo que nós estamos a fazer é lançar já um conjunto de obras que há.

Dizer-vos o seguinte e também para acabar com as especulações: Quem aprovará o tarifário para o Concelho de Oliveira do Hospital é a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. O tarifário que eu levarei à próxima reunião de Câmara, que é para ser aplicado em janeiro, é o mesmo tarifário que temos neste momento.

Nós já participávamos a água nas IPSS, nas Juntas de Freguesia, participávamos com 50 %. Isso vai ficar igual. Não vamos ter nenhum aumento, até pelo contrário, vamos ter um prejuízo maior por causa da taxa de gestão dos resíduos. A taxa de gestão dos resíduos que se entrega ao Estado, era de onze euros por tonelada e houve um aumento de 100 %. Penso que nesta fase da pandemia não devemos estar em condições de sobrecarregar as empresas com essa taxa ou os nossos Municípios.

Temos uma fatura muito equilibrada na área da água e vamos mantê-la, há quem ache que esta empresa não é uma empresa pública. Nas reuniões a grande discussão a empresa era para se chamar Águas da Serra da Estrela e fui eu que propus a designação de Águas Públicas para se perceber bem que não queremos privatizar a água. Nós queremos ficar com a água no domínio das Câmaras e as Câmaras a mandarem. Acredito que este é o melhor sistema em termos futuros.

Defendo que esta empresa deve ser uma empresa leve porque o Tribunal de Contas obriga-a a ter lucro no terceiro ano.

Quero montar uma empresa e tenho-me empenhado muito e, como sabem, quem me escolheu para ser o Presidente da empresa foram os outros Presidentes de Câmara, derivado ao modelo que já tínhamos em Oliveira do Hospital.

Quero deixar aqui esta nota: Neste momento trabalho na Comunidade Intermunicipal, vou a Coimbra duas vezes por semana, e vou a Seia, pelo menos, uma a duas vezes por semana, e ganho zero. Quem me paga o ordenado é a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Só tenho a remuneração de Presidente da Câmara.

Trabalho muitas horas para levar este projeto das águas a bom porto. É um projeto em que acredito. As Câmaras Municipais têm que ganhar escala.

Foi importante definir que as decisões sobre as tarifas são da responsabilidade das Câmaras Municipais.

Acredito neste projeto. É um projeto que nos permite ganhar escala, ganhar profissionalização e ganhar eficiência, e isso é fundamental.

Organizar e estruturar o Serviço de Águas e Saneamento de Oliveira do Hospital foi um grande caminho, e também sei o que encontrei. Hoje é um dos serviços que funciona muito bem. Criámos uma estrutura independente da Câmara Municipal e isso tem dado resultados.

A montagem de toda esta estrutura tem dado muito trabalho e é difícil mas quero uma empresa leve e ágil e que não seja uma estrutura pesada para que depois os Municípios paguem tarifas altas. Não contem comigo para isso!

Não vamos aumentar a tarifa, acho que não é a altura de estar a sobrecarregar as famílias, e a Câmara Municipal vai suportar a tarifa de gestão de resíduos de onze euros por cada tonelada. O futuro também está, como vocês sabem, na separação do lixo, e aí todos ganharemos muito dinheiro.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Também considero que este modelo de associação dos três Municípios, e que poderiam ser mais, para dar uma escala mínima ao sistema, é o que melhor serve os interesses dos três Municípios. Não tenho dúvidas disso!

Melhor serve os interesses dos três Municípios porque é o que permite que o serviço seja prestado com mais qualidade porque vai ter os corpos técnicos que permitem garantir o cumprimento da legislação e a devida operação dos sistemas.

Como vocês podem imaginar, um Município com a dimensão de Oliveira do Hospital pode prestar o mesmo serviço que o conjunto dos três Municípios mas teria um custo mais alto porque teria que contratar um número mínimo de técnicos com áreas de especialidade para garantir o cumprimento do que está legislado a nível comunitário, quer em termos da qualidade da água, quer em termos das descargas de águas residuais.

Por isso, o que vem sendo promovido em Portugal já há décadas, não é mais do que a réplica do que tem sido feito em outros Países da União Europeia e em outras zonas do mundo que estão desenvolvidas, é a criação de sistemas com uma escala mínima.

O que é que acontece neste caso que aqui temos e que está replicado pelo País? Efetivamente, apesar de hoje as tarifas serem definidas, a estrutura tarifária consta deste regulamento. É importante que se faça esse exercício porque essa estrutura tarifária para este sistema vai ser a mesma para outros e permite fazer comparação. A ERSAR faz essas comparações. Fazendo essas comparações promove-se a eficiência.

A questão fundamental que o Sr. Presidente salientou é a seguinte: Aplicando os critérios, chega-se a um valor de tarifa, que é transparente, e que é o mesmo que é calculado nas Águas do Minho ou nas Águas do Ribatejo.

Entretanto, aqui, Município, a Município, cada Executivo é que fixa a tarifa para o seu Município.

Uma coisa é a tarifa calculada com base nas regras, outra coisa é o Município, que conhece a realidade e as dificuldades, tomar decisões.

De acordo com a Constituição essa competência de aprovação da tarifa para o cidadão continua a ser dos Municípios.

O Presidente da Câmara Pode fazer alguma subsídio. Pode alocar umas verbas para aliviar os Municípios que ele considere que não têm condições de pagar aquela tarifa. Não cria aqui uma situação disruptiva.

Em Portugal pagamos tarifas de água baixas tendo em conta a qualidade que a água tem.

A água que bebemos é um bem absolutamente fundamental, considerado pela Organização Mundial de Saúde, não é um serviço como, por exemplo, o tratamento de resíduos ou o tratamento de águas residuais, porque nós ingerimos a água.

A nossa água tem qualidade e isso está claramente demonstrado. Bebendo água de qualidade estamos a evitar a ocorrência de muitas doenças, estamos a promover o aumento da esperança média de vida, a diminuição do número de crianças que morrem antes dos cinco anos.

Não é uma questão que possamos considerar supletiva. E mais! Também temos que nos habituar a poupar água.

A política que se segue em Portugal, em termos da gestão da água, está perfeitamente alinhada com o que é praticado nos Países da União Europeia, e não vale a pena pensarmos que é de outra forma. Por isso, é que esta é uma área de apoio forte em termos de investimento porque é uma área prioritária. Tenham a noção disso!

Vai se falar muitas vezes na empresa das águas, e tenho falado muitas vezes com o Sr. Presidente porque tenho experiência de sistemas, alguns que

arrancaram já há bastante tempo e onde não houve muito controle, porque os mecanismos de gestão para a despesa nas Empresas Municipais são ligeiramente menos exigentes do que a despesa na própria Câmara, e houve algumas tentações, e houve algumas coisas que correram menos bem, mas o Presidente Alexandrino é uma pessoa informada e é uma pessoa que também controla e que definiu as regras. Ele compreende perfeitamente que se não houver um acompanhamento próximo isto começa a derrapar.

A própria ERSAR tem a competência para ir fazendo esse acompanhamento e divulgar indicadores relativamente aos vários sistemas e isso também é um escrutínio por via da transparência e dá para o cidadão e para os Meios de Comunicação estarem mais informados e esse *benchmarking* é um bom instrumento para a eficiência.

O que é a eficiência? A eficiência é termos água de qualidade nas nossas torneiras ao custo mais baixo. Isso é prestarmos um serviço eficiente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A DECO ainda a semana passada trazia numa revista um estudo que fez.

Aquilo que se deve evitar é o seguinte: E digo já que sou contra, sou contra a exploração da água nos privados mas há muitas privatizações que foram feitas, e não só com este Governo mas também foram feitas nos outros Governos.

Sou defensor que núcleos essenciais não deviam ser privatizados. Sou contra a privatização da energia elétrica.

Qual é o problema das águas? O problema é não haver justiça.

As Águas de Lisboa e Vale do Tejo vendem-nos a água em alta, a água que nós compramos e que vai para os nossos depósitos, mas é verdade que a EPAL e outros compram a água muito mais barata do que nós e temos aqui um problema porque a água é da Serra da Estrela.

Acredito que daqui a cinco ou seis anos a empresa Águas Públicas da Serra da Estrela terá condições, já que a água da Serra da Estrela é nossa, para negociar. O ideal era que a água nos chegasse mais barata aos nossos depósitos.

O problema é que há quem ache que a água que bebemos cai da chuva, o que não é verdade. A água tem que ser transportada, tem que ser tratada. Só em análises gastávamos aqui cerca de quinze mil euros por mês.

Acho que mais tarde esta empresa poderá ter condições. Não defendo a privatização da água.

O estudo da DECO era claro, as empresas privadas têm as tarifas mais altas em Portugal.

Acho que daqui a alguns anos esta empresa está em condições de perguntar às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, quanto é que querem? Vamos ver os investimentos que vocês fizeram e vamos comprar, porque a água era nossa, até está no Concelho de Seia, é uma água com determinada qualidade. Penso que o futuro passará por aí.

Não tenho dúvidas nenhuma que com as nossas decisões na Assembleia Municipal estamos a defender aquilo que é público.

Também é verdade que a Eng.^a Dulce é uma pessoa que percebe disto e tem ajudado a fazer este grande trabalho.

Também havia a tentação das Águas de Portugal ficarem com os Concelhos que não tiverem condições de cumprir os parâmetros da ERSAR, e há muitos Concelhos que não têm e ainda são as Freguesias que fazem a exploração da água e as pessoas não pagam nada. Nós temos um exemplo em Gouveia onde há Freguesias que fazem a exploração da água e, agora, isso vai acabar mas não acaba já porque estamos num processo mais lento.

Estamos numa fase de transição. A Câmara de Gouveia tem cinco anos para fazer a transição até para se salvaguardar também o aspeto político. Temos também esses cuidados, e eu tenho sido o garante desse cuidado.

Acredito neste projecto, acredito que é a forma de defendermos a água e a possibilidade de termos dinheiro dos Quadros Comunitários para fazer a renovação da rede. A nossa rede, em muitos lados, já tem quarenta ou cinquenta anos e é preciso fazer novos investimentos, como vocês sabem.

Este projeto tem dado muito trabalho e o Presidente da Câmara de Seia e o Presidente da Câmara de Gouveia, pelo menos, uma vez por semana reúnem comigo. É um trabalho de equipa e é um trabalho de defesa dos consumidores e dos Municípios, também é um desafio enorme e que me tira algum tempo para a Câmara Municipal.

Com a ajuda de todos esperamos levar este desafio a bom porto percebendo que estamos aqui a defender também os interesses do Concelho de Oliveira do Hospital ganhando escala. Vamos ver se conseguimos!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos conseguir!

Em outro dia que estejamos mais folgados poderemos falar sobre essa questão da privatização das águas. A privatização das águas também “tem feito correr muita tinta”. Posicionei-me várias vezes e conheço muito bem o sector.

Quando falamos de privatização basicamente estamos a falar de concessões, com maior ou menor tempo, a empresas privadas. Há um modelo económico que é definido e houve vários Municípios no nosso País que não tinham dinheiro para fazer os investimentos necessários para levarem água de qualidade aos Municípios e fizeram uma concessão e receberam uma renda. Encaixaram bastante dinheiro que lhes deu jeito.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviços de Saneamento de Águas Residuais das Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Era bom recordar aqui algumas coisas sobre este subsídio: Este subsídio de cento e sessenta mil euros, como vocês sabem, foi criado com um objetivo.

O objetivo era o seguinte: Dar dez mil euros a cada Junta de Freguesia para que a Câmara Municipal não tivesse o trabalho de subsidiar eventos e cada um organizava os eventos que quisesse e era responsável pela montagem das estruturas nos eventos.

Este objectivo nunca foi conseguido porque a Câmara Municipal continua a ajudar a fazer as montagens das estruturas nos eventos.

Agora, como não há eventos, até poderíamos colocar a hipótese de não atribuir este subsídio mas decidimos mante-lo.

Decidimos manter o subsídio porque nesta fase as Juntas de Freguesia também devem dar apoio aos seus Fregueses e é por isso que este subsídio está aqui.

As verbas que são dadas pela Câmara Municipal, e que vocês sabem que no passado não eram dadas pelos Executivos anteriores, são para realizarem obras nas Freguesias. Essas obras que são realizadas com o dinheiro que a Câmara Municipal dá, de certa forma, também as consideramos obras da Câmara Municipal. Não quero dizer que sejam totalmente da Câmara. São obras das Juntas de Freguesia, são opções das Juntas de Freguesia, mas também são nossas.

Se este Executivo não tivesse esta política as Juntas de Freguesia não tinham dinheiro para algumas obras que fazem, e ainda bem que as fazem, e eu fico contente.

Continuamos a trazer este subsídio para entregar às Juntas de Freguesia para que possam continuar a trabalhar e a ajudar quem precisa nas Freguesias.

As Juntas de Freguesia são as entidades que estão mais próximas das pessoas e, por isso, quero pedir-vos todo o apoio para a vacinação Covid-19.

Às vezes não sabemos quem são as pessoas que não recebem mensagens para a vacinação. Se for preciso alugar táxi a Câmara aluga táxi, se for preciso transporte dos Bombeiros a Câmara pede aos Bombeiros.

O nosso objectivo é não deixar ninguém para trás por vacinar. Este trabalho de proximidade tem que ser feito pelas Juntas de Freguesia.

Pedimos ao Centro de Saúde para nos fazer chegar quem não foi convocado.

Não deixem ninguém para trás por vacinar, a Câmara paga os táxis, é só ligarem para o número do Gabinete de Gestão do Covid-19, nós ligamos para os Bombeiros. As Juntas não precisam de transportar.

Ajudamos no que for preciso. Não deixem ninguém ficar para trás. Às vezes por causa da protecção de dados isto é uma chatice.

É importante que os Srs. Presidentes de Junta também tenham esse cuidado para não deixarmos ninguém por vacinar.

Meus caros amigos, ajudem-nos a não deixar ninguém para trás”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Este subsídio de dez mil euros é mais um complemento que o Município atribui às Juntas de Freguesia para além dos dinheiros dos protocolos para as despesas correntes e de capital.

Como o Presidente da Câmara Municipal disse, e bem, houve um entendimento desde a primeira vez que isso foi concedido relativamente à questão de poderem as Juntas de Freguesia fazer face à realização de eventos ou eventualmente outro tipo de despesas que entendessem.

Penso que é um subsídio bem vindo porque seguramente cada Freguesia terá o seu entendimento ou terá a sua forma de gastar esse dinheiro.

É sempre bem vinda mais uma receita.

Na parte que me toca devo dizer que sempre tive alguma preocupação de aplicar bem isto. Temos como todos têm eventos. Gastávamos alguma coisa nos eventos, logicamente. Mas, de qualquer forma, sempre foi a minha preocupação, aquele que eu não pudesse eventualmente gastar nessa área poder fazer outro tipo de realizações. Por exemplo, este ano, como já em anos anteriores existiu, vou aplicar parte deste dinheiro, porque é bem aplicado no meu entender, quem conhece a Sede da Junta de Freguesia no Ervedal, sabe que aquele edifício é composto por rés-do-chão e primeiro andar. Ora, desde sempre, que a Secretaria da Junta, assim como a sala do Presidente, a sala de reuniões do Executivo, os compartimentos e arquivos, é tudo no primeiro andar.

Estamos com uma população cada vez mais envelhecida e o primeiro andar é servido por uma escadaria de pedra que para pessoas idosas, ou pessoas com mobilidade reduzida, é muito difícil subirem ao primeiro andar da nossa Junta de Freguesia.

O rés-do-chão vagou há algum tempo, as instalações onde funcionava o antigo Posto Médico do Ervedal. Tivemos que fazer obras de adaptação e conservação para mudarmos as instalações que temos no primeiro andar.

Este dinheiro dá-nos muito jeito porque seguramente parte dele vai ser gasto nestes melhoramentos que acabei de referir.

Sr. Presidente, quero agradecer-lhe por ter trazido a esta Assembleia de fevereiro a proposta de atribuição deste subsídio às Juntas de Freguesia.

Cada um falará por si, mas penso que os Presidentes de Junta, mais uma vez, para além daquilo que foi desde o início a sua política relativamente às disponibilidades de mais fundos para as Juntas de Freguesia, penso que por essa parte os Presidente de Junta, só têm a agradecer a este Executivo, e particularmente ao Presidente da Câmara Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez queremos agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo mais este grande apoio. Podemos garantir que este dinheiro irá ser bem utilizado.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sensibilidade que teve para nos manter este subsídio de dez mil euros embora neste tempo de pandemia onde é preciso muito dinheiro para muitas coisas e ele teve a sensibilidade porque sabe perfeitamente que para as Juntas de Freguesia dez mil euros vem-nos colmatar algumas carências que queremos resolver e sem esse dinheiro seria-nos muito mais difícil.

Neste momento as finanças estão um bocado debilitadas porque ainda estamos a sofrer de algumas requalificações que fizemos do tempo das cheias e estes dez mil euros vêm-nos ajudar a fazer a requalificação do Parque da Sobreira.

Este dinheiro foi sempre muito bem utilizado em algumas obras e se não fosse este apoio nós não poderíamos fazer obras nenhuma, especialmente as Juntas que não têm outros rendimentos.

Agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a toda a Equipa do Gabinete de Gestão Covid-19 da Câmara Municipal e a todas as pessoas envolvidas que fizeram um trabalho fantástico e que merece ser salientado aqui e em qualquer lugar.

A Junta de Freguesia também está sempre disponível para colaborar com a Câmara Municipal.

Dizer ainda que estamos a colaborar para que todas as pessoas sejam vacinadas nomeadamente com o auxílio no transporte dos nossos idosos e acamados.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente porque tenho a certeza que este dinheiro irá ser bem empregue.

As Juntas de Freguesia têm um papel importante, e todas as pessoas ligadas à Protecção Civil, nesta fase do Covid-19. Sei que nenhum idoso irá ficar por vacinar por não ter acesso à mensagem que lhe possa ser enviada. Os Srs. Presidentes de Junta farão questão de se encarregar dessa missão.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da Ordem do Dia da nossa reunião. Estamos aqui há sete horas.

Vamos proceder à votação da ata em minuta.”

Efetuada a votação a presente Ata em minuta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É necessário assinar os documentos referentes ao Ponto VIII da Ordem do Dia, nomeadamente a 1.^a Revisão ao Orçamento para o Ano de 2021 e 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2021. A Esmeralda irá contactar com os Srs. Deputados para esse efeito.

Agradeço a todos a vossa participação. Não foi uma reunião fácil por causa das falhas na rede de internet. Independentemente das dificuldades operacionais considero que a reunião correu bem.

Desejo que a próxima reunião seja presencial e também temos boas expectativas de que assim seja.

Façam por se manterem saudáveis e continuem a proteger-se.

Bom fim de semana para todos.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e dez minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a

sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
